

DORIVAL DA COSTA DOS SANTOS

**O REGIME DITATORIAL MILITAR NO AMAPÁ: Terror,
Resistência e Subordinação – 1964/1974**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação do Prof. Dr. Ítalo Arnaldo
Tronca.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida
e aprovada pela
Comissão Julgadora em
10 / 10 / 2001

BANCA

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca (orientador)



Prof. Dr. Leandro Karnal



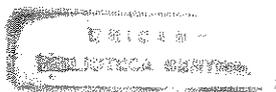
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço



Prof^ª. Dr^ª. Eliane Moura da Silva – (Suplente)



OUTUBRO/2001



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE 30
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
Sa39n
V. Ex.
TOMBO BC/ 47002
PROG. 76-392107
C D
PREÇO R\$11,00
DATA 201-11-01
N.º CPD

CM00161924-1

DORIVAL DA COSTA DOS SANTOS

**O REGIME DITATORIAL MILITAR NO AMAPÁ: Terror, Resistência
e Subordinação – 1964/1974**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Professor Doutor Ítalo Arnaldo Tronca.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Dorival da Costa dos Santos e aprovada pela Comissão Julgadora em 10 de outubro de 2001.

BANCA:

Professor Doutor Ítalo Arnaldo Tronca (Orientador)

Professor Doutor Leandro Karnal (membro)

Professor Doutor Fernando Lourenço (membro)

Professora Doutora Eliane Moura (suplente)

OUTUBRO / 2001

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Sa 59 r

Santos, Dorival da Costa dos

O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974 / Dorival da Costa dos Santos.

-- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Ítalo Arnaldo Tronca.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ditadura e ditadores – Amapá. 2. Amazônia. 3. Brasil – História – Revolução, 1964. 4. Brasil – Política e governo, 1964-1974. I. Tronca, Ítalo Arnaldo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para Jade e Gabriel com a mais profunda esperança que escapem da barbárie desta sociedade e possam viver a maior parte de suas vidas em um mundo onde a fraternidade, o afeto e o amor ao outro sejam os pilares.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, permitam-me ressaltar que os agradecimentos que se seguem são muito mais do que o mero cumprimento burocrático de um cerimonial acadêmico. São manifestações da mais profunda gratidão a algumas das pessoas e instituições, sem o apoio das quais, esta empreitada não teria sido possível.

Agradecimentos especialíssimos ao meu orientador, pela sugestão dos caminhos, pelo apoio, pela confiança, pelo afeto e pela exemplar jovialidade.

Agradecimentos ao Departamento de História da UNICAMP que, respeitando a ousadia que é a marca desta universidade, apostou em socializar e levar aos longínquos amazônidas o conhecimento histórico mais avançado. Neste sentido, agradecimentos aos professores pelo enriquecimento espiritual e pela amizade.

Na minha memória ficarão para sempre o heroísmo do Paulo Miceli; a humildade e a erudição do Pedro Paulo Funari; a gostosa alegria de viver da Margareth Rago; o rigor e a doçura da Célia Marinho; a beleza e a elegância do Leandro Karnal e a imensa fraternidade da Eliane Moura.

Agradecimentos aos colegas de mestrado pela força e pelo companheirismo.

Agradecimentos à CAPES e à UNIFAP que, a despeito dos contratemplos e incompreensões, propiciaram o apoio financeiro indispensável à feitura deste trabalho.

À minha família, pelo carinho e atenção nos momentos mais difíceis desta jornada.

Agradecimentos à flor mais bela, à minha Rosa, presença amada e sempre incentivadora.

“Diante da ausência sonâmbula do tempo parece-me que a primeira tarefa do trabalhador atuante na política consiste em agarrar-se à memória, gravando os caminhos já pisados antes que outros aventureiros façam crer que inventaram a luta, a oposição, a resistência e a esperança no futuro.”

José Arthur Giannotti

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – O CENÁRIO DA SUBORDINAÇÃO	37
CAPÍTULO II – O CENÁRIO DO TERROR	61
CAPÍTULO III – O CENÁRIO DO MEDO	85
CAPÍTULO IV – O CENÁRIO DA RESISTÊNCIA	97
A CENA FINAL	119
FONTES	125
• Entrevistas	125
• Jornais	126
• Estatísticas	128
• Arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais	129
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE O AMAPÁ	131
BIBLIOGRAFIA GERAL	133

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar as especificidades históricas do regime ditatorial militar no Amapá, no período de 1964 a 1974. Dentro dos padrões nacionais do regime, no Amapá a ditadura militar apresentou visíveis peculiaridades que podem ser identificadas em pelos menos quatro dimensões:

1 – Uma subordinação radical da elite política amapaense ao centro definidor do poder nacional, chegando a um extremo e caricatural servilismo, identificado pela absoluta falta de influência nos bastidores políticos do regime.

2 – Apesar de não desprezar os instrumentos padrões do terror de Estado vigente no período, no Amapá a ditadura aproveitou-se do imaginário fantástico dominante para criar formas de admoestações adequadas a essa cultura.

3 – Ainda que o medo das torturas, perseguições e prisões fosse algo presente nas pessoas, no Amapá configurou-se ele, sobretudo, através de uma visão mágica do opositor ao regime visto como um ser irreal e fantástico capaz de terríveis proezas super-humanas.

4 – Por fim, a insignificância demográfica e a cultura tradicional e comunitária, que tinham as relações presenciais e de vizinhança como elemento estrutural, impediu o anonimato e, por consequência, a resistência ao poder ditatorial nos moldes da que ocorreu nas grandes metrópoles, baseada em princípios racionalistas, efetivada em organizações partidárias, tendo como modo de ação principal a luta armada.

A resistência no Amapá, ainda que tenha tido seus claros momentos de enfrentamento e de organização, foi, fundamentalmente, uma resistência molecular e às escondidas, disfarçada de arte, vandalismo, silêncio, recusas e afirmações nem sempre conscientes, mas indicativas de não conformidade, de uma luta de indivíduos e grupos para sobreviverem livres e autônomos em uma condição opressiva e castradora.

ABSTRACT

The goal of this project is to demonstrate the historical specificities of the dictatorial military in Amapá, during the period of 1964 to 1974. Whithin the national patterns regime, in Amapá the dictatorial regime presented visible peculiarities which can be identified at least in four dimensions:

1 – A radical obedience from the political elite of Amapá to the center of national defined power, coming to an extreme and caricatural servilism, identified by the absolute lack of influence in the political backstages of the regime.

2 – For the reason of not undervaluing the standard instruments of terror on the actual state during the period, in Amapá the dictatorial regime took advantage of the fantastic imaginary dominant to create new shapes of admonitions adequaded to this culture.

3 – Even if the fear of tortures, chasings and prisons were something surrounding the people, in Amapá it configured, above all, through the magical vision of the regime opponent, seen as an unreal and fantastic creature capable of terrible and super-humans braveries.

4 – By the end, the demographic insignificance and the traditional and social culture, which they had the present and neighbouring relations like the structural element, avoided the anonymity and, for consequence, the resistance to the dictatorial power in the same way that had succeded into the big metropolises, based on rational principles, accomplished in party organisations, containing as a principal way of acting the armed struggle.

The resistance in Amapá even if it had clear moments of confront and organisation was, basically, a molecular and blind resistance, disguised of art, vandalism, silence, denials and affirmations not always conscious, but not indicating agreement, from a struggle of individuals and groups to survive freely and autonomously in a oppressive castrated condition.

INTRODUÇÃO

“Pertence à própria natureza da ciência histórica, estar estritamente ligada à história vivida, de que faz parte. Mas pode-se e deve-se – e, em primeiro lugar, o historiador – trabalhar, lutar para que a história, nos dois sentidos da palavra, seja *outra*.”

Jacques Le Goff

I – O TEMA

O propósito desta investigação possui duas dimensões interdependentes: uma primeira que se empenha em identificar as peculiaridades do regime ditatorial militar no Amapá entre os anos de 1964 e 1974; uma segunda, estreitamente relacionada com a antecedente, busca identificar a dinâmica e o modo específico pelo qual as elites dominantes e os aparelhos de estado amapaenses se integram ao quadro institucional da ditadura.

Contextualizando a questão, deve-se considerar preliminarmente dois aspectos esclarecedores sobre o estado atual da historiografia sobre o tema. Um primeiro sobre a pesquisa histórica, no e sobre o Amapá. Um outro aspecto se refere ao tratamento dispensado à Amazônia nas investigações históricas sobre a temática. Como é notório, a produção historiográfica no Amapá é extremamente incipiente, sobretudo a que diz respeito à história contemporânea. Em relação ao período imperial até o período populista e

desenvolvimentista da década de 50 deste século, existe alguma produção historiográfica¹, porém, no que se refere ao período compreendido entre as décadas de 60 a 80, é praticamente nula tal produção².

De um modo geral, esta parca historiografia tem caracterizado as classes populares/subalternas como ordeiras e submissas. De fato, o Amapá não conheceu insurreições sociais contra o *status quo* como outras unidades regionais nortistas, tais como o Pará e o Amazonas tiveram³. Mas não se pode desprezar o fato de que em termos de identidade geográfica e política-administrativa o Amapá é uma unidade recente, sendo reconhecida como independente do Pará em 1943, quando da criação do Território Federal. Ainda que se possa supor que este desmembramento possa ter sido resultado de uma mobilização da sociedade local, na verdade, a busca por uma identidade cultural, política e histórica, diferenciada do Pará, ganha impulso depois da criação do território. Antes disso a sua história e identidade confunde-se com a do Pará.

Uma explicação possível para esta incipiente pesquisa histórica e para este entendimento da sociedade amapaense como ordeira e submissa residiria no fato de que, de um modo geral, o estágio nascituro de uma historiografia caracteriza-se por uma significativa fragilidade científica e, principalmente, por uma hegemonia absoluta dos valores da ordem dominante em suas narrativas.

¹ Dentre as mais importantes pode-se citar as obras de Artur César Ferreira Reis, especialmente “Território do Amapá: perfil histórico” – Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949, como também, a obra “Informações sobre a história do Amapá” – Macapá, Imprensa Oficial, 1981, de Estácio Vidal Picanço, e “Verdadeiro Eldorado: o Território do Amapá, antigo Contestado Franco-Brasileiro” – Belém, s/e, 1936, de Alfredo Gonçalves.

² Estudando este período até a década de 60 deste século existem as obras “A Utopia da terra” – Macapá, Editora gráfica “O Dia” Ltda, 1992, da autoria de Osvaldino Rayol, e “História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo” - Macapá, Editora gráfica O Dia S.A / FUNDECAP, 1998, de Fernando Rodrigues dos Santos.

³ Como por exemplo a insurreição da Cabanagem no Pará, que eclodiu em 1835, em Belém, e a rebelião dos índios Manau, ocorrida no Amazonas entre 1723 e 1727.

Explicação de outra ordem poderia sustentar que as ações, sentimentos, atitudes e valores das classes subalternas jazem em arquivos e memórias à espera de revitalização histórica. Por outro lado, pode ter ocorrido no Amapá o que José Roberto do Amaral Lapa detectou na produção historiográfica do período:

“verificados os diferentes níveis em que atuaram, em extensão e profundidade, os aparelhos de estado, seus mecanismos e formas de controle do trabalho intelectual, poderia-se concluir [...] que se mergulhou em total marasmo na área que mais nos interessa aqui, a de história.”⁴

É neste contexto historiográfico que nasce a necessidade de escrever uma história do regime ditatorial militar vigente no Amapá no período de 1964 a 1974. Este recorte cronológico justifica-se por ser este o período mais intenso da repressão patrocinada pelo regime ditatorial militar e, portanto, mais adequado ao objeto da pesquisa proposta: *o devir do regime ditatorial militar no Amapá, sob a perspectiva do terror de Estado e da resistência a esta ditadura*. Neste sentido, o Amapá, em particular, e a Amazônia, de um modo geral, quando abordados pela historiografia nacional – e pelas ciências sociais –, o são quase sempre em termos naturalistas ou edênicos: sua imensidão geográfica, sua riqueza biológica, suas jazidas minerais descomunais, sua preservação ambiental, sua ausência de gente, enfim, os amazônidas não são tratados como sujeitos, mas como meros objetos integrantes da paisagem exuberante.

Nossos cientistas sociais, etnocentricamente focados no espaço regional e cultural do centro-sul do país, comportam-se como o Colombo de Todorov em relação aos

⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *História e historiografia: o Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros: v.87) p. 32

ameríndios: “*fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal também fazem parte da natureza*”⁵.

Mais especificamente sobre o tema tratado neste trabalho, tem-se o exemplo da guerrilha do Araguaia. Quando tratada pela literatura sobre o regime ditatorial militar⁶, direciona seu olhar analítico e narrativo ou para as diversas faces da repressão ou para os guerrilheiros paulistas, cariocas, mineiros, gaúchos, entre outros “sulistas”, que se embrenharam na selva em busca de suas utopias. O caboclo amazônida, personagem ativo e central neste empreendimento político, é apenas um elemento na paisagem, uma categoria a ser levada em conta nos projetos políticos e nas análises teóricas.

Deste modo, a opção pela história regional baseou-se, em primeiro lugar, porque no caso do Amapá, uma história precisa ser escrita; em segundo lugar, porque é inconcebível uma verdadeira história nacional sem as respectivas histórias regionais. De qualquer modo, por mais que seja um estudo histórico local, não o é, porém, desconexo do contexto histórico nacional.

Nesta senda, a análise de José Roberto do Amaral Lapa, elaborada há dezesseis anos, permanece atual:

“estamos ainda numa etapa em que se faz necessário e inadiável conhecer a realidade local e regional, desde que naturalmente essa vocação não se impermeabilize compartimentando a realidade numa autonomização que

⁵ TODOROV; Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 41.

⁶ DÓRIA; Palmério (Org.). *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978 / POMAR, Vladimir. *Araguaia, o partido, a guerrilha*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980 / PORTELA; Fernando. *A guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

nada tenha a ver com a formação econômico-social brasileira como um todo.”⁷

O estudo histórico regional, sob esta perspectiva, permite a montagem de um quadro mais realista da realidade nacional, posto que põe em relevo a diversidade – cultural, política, econômica, social etc. – que concretamente compõe a sociedade brasileira. O Amapá, em especial, possui, historicamente, enormes dificuldades de integrar-se ao contexto nacional, em virtude, principalmente, de uma certa peculiaridade espacial que o transforma em uma “quase-ilha”, isolado do restante do país pela gigantesca foz do Amazonas. Tal idiossincrasia geográfica estimulou e consubstanciou a produção de valores tradicionais e comunitários⁸, sobretudo em uma sociedade que, até meados da década de setenta, desconhecia – à exceção do rádio – qualquer um dos grandes meios de comunicação de massa, estando, portanto, à margem do processo de modernização nacional. É neste contexto social e cultural que se instalou e evoluiu o regime ditatorial militar no Amapá.

II – O CAMPO HISTORIOGRÁFICO

Pretende este trabalho circunscrever-se às balizas teóricas do que se convencionou denominar nova história política⁹. Não que se obrigue a cumprir programas, princípios e dogmas desta corrente. Senão por outro motivo, pelo simples fato de que, esta denominação, mais do que identificar uma corrente historiográfica – sistemática,

⁷ op. cit. p.47

⁸ fala-se aqui em cultura tradicional, centrada na comunidade e na permanência da tradição em contraposição a uma cultura modernista centrada na inconstância, no individualismo e na idéia de progresso.

⁹ FALCON; Francisco. *História e poder* in CARDOSO; Ciro F. Santana e VAINFAS; Ronaldo (Orgs.). *Os domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 61-89/ MENDONÇA; Sônia Regina de. *Da contingência histórica à regularidade sociológica: algumas considerações*. in IOKOI; Zilda M. Gricoli / NODAKI; Eunice e PEDRO; Joana Maria (Orgs.). *História: fronteiras*. São Paulo: Associação Nacional de História/Humanitas/FFLCH-USP, 1999. pp. 136-150.

homogênea e monolítica – indica uma postura epistemológica e metodológica pautada em pelo menos dois princípios negativos e dois positivos:

Os negativos:

1 – A recusa radical da noção de fato histórico como um acontecimento ontologicamente contingente e singular;

2 – A recusa a uma narrativa cronológica linear fundamentada em um empirismo vulgar.

Os positivos:

1 – O entendimento de que, a despeito de o acontecimento histórico ser singular, não há como destacá-lo de suas condicionantes sociológicas e culturais;

2 – A narrativa histórica deve ancorar-se em um claro e determinado instrumental teórico-metodológico que problematize as fontes, expondo suas conclusões não necessariamente em ordem cronológica linear, podendo tecer sua narrativa em esferas ou dimensões de estudo do objeto investigado.

Reivindicar esta influência historiográfica supõe deixar inequívoco de antemão que na construção do trabalho efetuar-se-á um diálogo privilegiado e permanente com a sociologia, e, mais especificamente com a ciência política. Por outro lado, não se pode negar que esta interdisciplinariedade possui problemas e tensões ainda por se resolver¹⁰.

¹⁰ MENDONÇA; Sônia Regina de. op. cit. . pp. 147-150.

De qualquer modo, as vantagens analíticas desta relação e a riqueza interpretativa que se abrem desta convivência teórica compensam o risco das lacunas e imprecisões provenientes desta interação.

III – A PROBLEMATIZAÇÃO

Esta investigação sustentar-se-á nas seguintes hipóteses:

1ª - Na evolução do regime ditatorial militar no Amapá há uma subordinação radical das elites dominantes¹¹ locais aos ditames políticos preconizados pelo centro de poder do país.

2ª - O terrorismo de Estado foi o principal elemento de dominação utilizado que, aproveitando-se da mentalidade mitológica e tradicional reinante, tem seu aspecto ideológico destacado em relação ao coercitivo.

3ª - Uma coisa é resistir em uma metrópole, onde o anonimato é possível; outra é resistir em uma sociedade quase aldeã, onde as relações de vizinhança e interpessoais imperam. Assim, apesar do conformismo e da subordinação geral da sociedade amapaense, houve importantes focos de ação e organização da resistência ao regime ditatorial militar.

Assim, em vista da evidente natureza política do objeto deste trabalho, pretende-se abordar este problema – evolução e natureza política e ideológica da ditadura militar no Amapá – sob duas grandes esferas interdependentes: a política e a ideológica.

¹¹ A opção, no decorrer deste trabalho, pela utilização do termo “elite” em detrimento ao termo “classe dominante”, justifica-se, no fato de que “classe” carrega consigo uma conotação demasiadamente econômica, enquanto “elite” permite uma incursão analítica além das esferas econômica, política e social, indo pelas searas da cultura, ao referir-se a uma minoria prestigiada e dominante no seio grupal, comunitário ou social, constituída de indivíduos que se auto-concebem como mais aptos e/ou mais poderosos dentro do seu meio societário.

Mais precisamente, partindo de um instrumental teórico mais abstrato – estado, política, ideologia, instituição, etc. – buscar-se-á identificar a trama de relações que estes conceitos/instituições mantêm com os conceitos/vida dos sujeitos históricos envolvidos – imaginário, resistência, medo, terror e subordinação.

Sendo estas as categorias e conceitos que irão orientar o olhar sobre a ditadura militar no Amapá, buscar-se-á na esfera política tratar das seguintes questões:

- 1 – A composição social dos setores dominantes e dominados.
- 2 – A relação do setor dominante local com o poder dominante nacional.
- 3 – As contradições e as relações de força entre as diversas esferas do poder estatal local, particularmente entre o aparato burocrático e o parlamentar.
- 4 – A configuração e a dinâmica política da resistência popular ao regime ditatorial militar.

Na esfera ideológica tratar-se-á basicamente dos seguintes pontos:

- 1 – O modo e o caráter da utilização pelas elites dominantes do imaginário mitológico vigente na sociedade amapaense de então, no sentido da formação e reprodução de idéias, sentimentos e valores de sustentação ideológica do regime ditatorial militar no Amapá.
- 2 – O caráter ideológico do terrorismo de Estado utilizado pelos representantes do regime ditatorial militar no Amapá.
- 3 – As estratégias de elaboração e práxis de idéias e valores “oficiais” de sustentação do regime ditatorial militar.
- 4 – As estratégias de elaboração e práxis de idéias e valores de resistência popular ao regime ditatorial militar.

IV – O PERÍODO HISTÓRICO

1 – O BRASIL

Alguns autores insistem em defender a idéia de que o Brasil pós 64 passou por uma lenta construção institucional ditatorial, consolidada em 1968 com a imposição do Ato Institucional nº 5 e “distendida” a partir de 1975, até ser posta abaixo em 1988¹². Subjaz a esta teoria uma concepção legalista – quando muito, jurisdicista – do terreno político.

O que está subentendido nesta concepção é que a imposição sequencial de Atos Institucionais formou, lenta e gradualmente, o arcabouço institucional do regime ditatorial, em uma imagem comparável àquelas enviadas pela *Internet* onde os quadros pulam um após o outro segmentariamente. Esta concepção fornece a ilusão de preocupação com uma certa continuidade com o fenômeno estudado, mas, inversamente, falta-lhe o elemento, a substância que relaciona e interliga os diversos acontecimentos, que é o caráter ditatorial congênito do regime militar inaugurado em 1964.

Mais especificamente: esta concepção equivoca-se em seu nascedouro. O golpe civil-militar de 31 de março/01 de abril de 1964 subverteu a ordem legal e constitucional e, por conseqüência, o Estado de Direito. Portanto, colocou-se por cima e contra a ordem jurídica. O golpe civil-militar transgrediu a ordem constitucional, por conseqüência, submeteu o legislativo e o judiciário.

¹² Ou 1985, como preferem outros, como Ronaldo Costa Couto na sua *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964/1985*. Rio de Janeiro: Record, 1995. De qualquer modo, estas balizas cronológicas são irrelevantes diante da questão da natureza do regime militar inaugurado em 1964.

O executivo, desde os primeiros momentos da ruptura com a ordem legal, legisla, julga e executa. Do ponto de vista da prática política é este o comportamento dos sujeitos e instituições ditatoriais, desde o “democrático” Castelo Branco até o “carrasco” Garrastazu Médici.

De modo que não há como sustentar, sob a perspectiva da análise histórico-política, que houve uma “lenta e segura construção institucional da ditadura militar”. Ela nasce ditadura. Ela é geneticamente ditadura, e continuará ditadura, até os seus estertores entre 1985 e 89. O fato dos seus elementos variarem em intensidade e profundidade no período não lhe muda a natureza.

Se entre 1964 e 1968 houve menos censuras, prisões, cassações, exílios, torturas, assassinatos, do que entre 1968 e 1975, isto não autoriza a defesa da tese cientificamente insustentável de que houve “menos ditadura” e “mais ditadura”. Entre inúmeros outros, Gregório Bezerra que o diga¹³.

Pode-se até especular que, concretamente, para alguns resistentes esta diferença de intensidade ditatorial fosse existencialmente relevante, mas, certamente, não é correta do ponto de vista científico e interpretativo.

Como lapidarmente definiu Ronaldo Costa Couto:

“Muitos militares não aprovam o uso do termo ‘ditadura’ para designar o regime vigente no período de 1964-85. Argumentam que o Congresso funcionou a maior parte do tempo, que o Judiciário não foi paralisado, que houve eleições, inclusive para presidente da República, apesar de

¹³ Literalmente arrastado como um animal pelas ruas de Recife, nos primeiros dias da sublevação.

indiretas. É comum ouvir-se também que não se pode comparar, em termos de liberdade, o governo Castello Branco com a rigidez política dos de Costa e Silva e Médici ou estes com os de Geisel e Figueiredo, quando se promoveu a liberalização política. Mas o fato é que, acima das aparências ou correções efetuadas, houve mesmo ditadura. Todo o tempo. Mais ou menos rígida ou repressora ou autoritária. O poder real manteve-se sempre em mãos militares, apesar da sobrevivência formal de instituições e mecanismos democráticos, mais ou menos desprestigiados.”¹⁴

Enfim, a sociedade e o regime político inaugurado em 01 de abril de 1964 é geneticamente uma ditadura militar, sendo que,

“a forma ditatorial (em sua variante militar, que predomina historicamente e é a que nos interessa aqui) de Estado burguês consiste na monopolização, pela Burocracia, de toda a capacidade decisória propriamente estatal (o que não exclui a influência de pressões, desigualmente exercidas pelas diferentes classes sociais, sobre os burocratas estatais, antes e depois de acionada a instância especificamente estatal do processo decisório), em detrimento do órgão de representação política (Parlamento); e implica, além do

¹⁴ COUTO; Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964/1985*. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 33.

mais, a ascendência das Forças Armadas sobre os ramos civis no seio da Burocracia (militarização do 'Executivo').”¹⁵ (ênfase do autor citado)

Em termos práticos, o regime ditatorial militar é práxis política onde o exercício da hegemonia e do convencimento estão atrofiados e a repressão e a intimidação hipertrofiados, onde o exercício das liberdades políticas (liberdade de palavra, reunião, propaganda, associação etc.) são impossíveis, onde a ação dos partidos políticos no sentido de influir nas decisões estatais via parlamento é inviabilizada, onde as Forças Armadas configuram-se, de fato, como o único partido no cenário político¹⁶. Enfim, era esta a face política da sociedade brasileira entre 1964 e 1988.

2 – O AMAPÁ

No início da década de 60 o Amapá possuía uma população de 68.889 habitantes, sendo que aproximadamente 40% (quarenta por cento) concentrava-se na capital, Macapá (27.585). Vê-se logo que ainda era uma população predominantemente rural. Reforça esta ilação o fato de que havia, no então Território Federal do Amapá, apenas 17 (dezessete) núcleos urbanos, sendo que destes – excetuando Macapá – somente 02 (dois) possuíam população pouco acima de 1.000 (mil) habitantes¹⁷; o restante da população estava generosamente distribuído pelos 140.276 Km², o que significa algo em torno de 3,6 Km² para cada pessoa.

Para coletar seus dados, o Censo de 1960 visitou 11.591 domicílios, o que perfaz um total de aproximadamente 5,9 pessoas por residência. Do total de domicílios,

¹⁵ SAES; Décio. O processo político brasileiro da 'abertura' a 'Nova República': uma 'transição para a democracia' (burguesa?) - in *Revista Teoria e Política n° 09* – São Paulo: Brasil Debates, 1988. p. 13.

¹⁶ *Ibidem.* Idem. p. 14.

¹⁷ A Vila de Clevelândia e a cidade de Amapá.

7.809 ficavam em Macapá, com uma média de 3,5 pessoas por residência. Dado este que revela uma evidente maior urbanização da capital, mas ainda assim uma urbanização um tanto quanto acanhada, quando confrontada com outros dados estatísticos.

Por exemplo, havia na cidade 5.532 prédios; destes apenas 794 eram abastecidos com água tratada, 725 com esgoto e 4.512 possuíam energia elétrica. Para atender a eventuais turistas e visitantes existiam apenas 01 hotel e 02 pensões¹⁸.

Em termos econômicos, desde meados da década de 50, o Amapá já conhecia uma das pontas de lança do capitalismo industrial: instalara-se na Serra do Navio a exploração em larga escala do minério de manganês, quase em sua totalidade exportado para Europa, Estados Unidos e Japão.

Porém, em 1960 o empreendimento empregava 152 operários. O que sustentava a vida da imensa maioria da população era a economia extrativa de subsistência¹⁹. Mesmo o funcionalismo público era insignificante diante da grande maioria de trabalhadores rurais²⁰.

Do ponto de vista cultural, uma sociedade onde a religiosidade era um dos pilares de coesão social, onde o cristianismo – nesta ordem: catolicismo, protestantismo e espiritismo kardecista – era flagrantemente hegemônico²¹, discriminando as práticas umbandistas existentes.

¹⁸ Anuário Estatístico do Território Federal do Amapá – Ano XII – 1963 – Serviço de Geografia e Estatística / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Havia 172 funcionários públicos, servidores dos municípios e do Território.

²¹ A religião católica possuía 8 igrejas, 52 capelas, 16 sacerdotes, 29 associações religiosas, com 3.440 associados. Os protestantes (batistas, presbiterianos e evangélicos) possuíam 14 templos, 18 salões, 09 pastores (diáconos, presbíteros etc) e 2.113 crentes. Os espíritas possuíam 02 locais de reuniões e 283 adeptos, restritos à capital.

Neste contexto sociocultural destaca-se uma cultura e um imaginário essencialmente fantástico/mitológico, reminiscência da cultura indígena, onde seres e histórias mágicas²² eram elementos presentes no cotidiano da sociedade.

Mesmo nos núcleos populacionais mais urbanizados, pode-se afirmar que, antes de uma sociedade, esta era ainda uma comunidade, ou como diriam alguns sociólogos, uma sociedade de *folk* onde a tradição tem um papel integrador decisivo e resistente a novas idéias e valores.

Uma sociedade onde a estabilidade, a vida pacata, as relações de afeto e presença, o coletivismo e a imaginação fantástica predominavam, uma cultura diametralmente oposta a cultura modernista, onde predominam valores opostos como a *“tensão entre visão sólida e visão diluidora da vida moderna, autodestruição inovadora, polaridade da tragédia fáustica entre o desenvolvimento infinito e a destruição insaciável, tudo associado à questão da individualidade do homem desacomodado e livre do halo da experiência mistificadora do sagrado.”*²³

Parafraseando Marshall Berman²⁴: ser de uma sociedade tradicional é encontrar-se em um ambiente que promete segurança do *status* social, partilha, estabilidade e permanência das coisas ao redor, onde ao contrário da sociedade moderna que *“nos despeja a todos num permanente turbilhão de desintegração e mudança, de luta e*

²² Mitos como da “Matinta Pereira”, “Mãe do Lago”, “Sofia, a Cobra Grande” etc. eram piamente narrados e aceitos como reais pela comunidade. Em relação a este imaginário amazônida, ver *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*, de João de Jesus Paes Loureiro, publicado pela Editora CEJUP, de Belém do Pará, em 1995.

²³ RIDENTI; Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 303

²⁴ BERMAN; Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.15.

*contradição, de ambigüidade e angústia. [Onde] ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmanchar no ar’.*²⁵

Ser de uma sociedade tradicional é fazer parte de um universo onde se está imerso na quietude e na estabilidade, na certeza e na tranqüilidade, onde os homens ainda respeitam a natureza ou como descreveu em termos poéticos e quase antropológicos, Zé Miguel²⁶, no caso do Amapá desta época: é um lugar onde *“a canoa balança bem devagar. A maré vazou, encheu é preamar. O Zé vai p’ro mato apanhar açai, Maria p’ra roça vai capinar. A vida daqui é assim devagar, precisa mais nada não p’ra atrapaçar, basta o céu, o sol, o rio e o ar e um pirão de açai com tamuatá. Que vida boa sumano! Nós nem tem que fazer planos e assim vão passando os anos. Êta! que vida boa!”*

Uma sociedade tradicional ou comunitária em oposição a uma sociedade moderna é uma sociedade menos tecnológica²⁷ e menos dependente da mídia, onde a comunicação de massa não tem papel relevante, e igualmente a cultura letrada possui pouco valor, quando por exemplo contraposta ao valor atribuído à religiosidade. Uma sociedade com um alto índice de coesão e um baixo índice de anomia.

Em 1962, havia custodiados na Penitenciária do Beiril, apenas 14 presos, sendo 10 por homicídio, e somente 01 mulher. Doze anos depois, havia 18 presos, 09 por homicídio e novamente apenas 01 mulher. Enquanto a população crescera 40% no mesmo

²⁵ Idem. Ibidem. p. 15.

²⁶ importante músico e compositor amapaense contemporâneo, autor da letra da canção “Vida Boa”, transcrita a seguir: *“O dia nos chega toda manhã / com nuvens de fogo pintando o céu / um ventinho frio sopra assim e assim / vez enquanto se escuta o canto do japiin. / A canoa balança bem devagar / a maré vazou, encheu é preamar. / O Zé vai p’ro mato apanhar açai, Maria p’ra roça vai capinar. / A vida daqui é assim devagar, precisa mais nada não p’ra atrapaçar / basta o céu, o sol, o rio e o ar e um pirão de açai com tamuatá. / Que vida boa sumano! / Nós nem tem que fazer planos e assim vão passando os anos / Êta! que vida boa! / Que vida boa suprimo / nós só tem que fazer menino / e assim vão passando os anos / Êta! Que vida boa!”*

²⁷ Por exemplo: nas brincadeiras entre as crianças predominava uma intensa interação com o meio ambiente: nadar em rios e igarapés, caçar passarinhos e pequenos animais, pesca, brincadeiras de roda, esconde-esconde em quintais arborizados entre outras.

período – de 68.889 habitantes em 1960 para 114.359, em 1974 –, a criminalidade crescera em torno de 28%.

Ressalte-se o fato de que entre 1964 e 1974 – período estudado nesta investigação –, não houve, no Presídio de Macapá, sequer um detento com pena transitada em julgado, ou mesmo preso cautelarmente, em razão de motivação política.

Mas ver-se-á no capítulo dedicado ao terror de Estado, que disto não se deve inferir que os aparelhos de Estado amapaenses tivessem um caráter mais democrático ou menos ditatorial que os de outros Estados da federação. Ao contrário, estes dados revelam que as ações de repressão no Amapá, desde o seu início, ocorreram à margem, à sombra e contra a ordem legal.

Não parece supérfluo esclarecer aqui que não se adere à noção idealizada de comunidade, que a concebe como uma forma social cristalizada, simples e primitiva; entende-se que comunidade é, sobretudo, uma relação social complexa que absorve e processa diferentes manifestações psicossociais.

Não se concebe romanticamente a relação comunitária, entende-se que também nela estão subsumidos interesses, conflitos e mesmo a violência. Isto, no entanto, não impede de se conceber uma comunidade como o *locus* privilegiado onde predominam o imaginário mitológico, as relações de afetos e estreitos laços com o sagrado. Era basicamente este tipo sociedade que o advento da ditadura militar encontrou no Amapá, e que permaneceu, com algumas alterações que não lhe riscaram a estrutura até o ano de 1974.

V – AS FONTES

O Estado do Amapá possui a decepcionante peculiaridade de não possuir um Arquivo Público que colete e organize a documentação oficial. Do mesmo modo,

também não possui arquivos privados cientificamente organizados²⁸. Como suave alento, existem arquivos públicos setoriais – ou melhor, depósitos de documentos – que foram utilizados na presente investigação. São eles:

O da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública, particularmente o da Delegacia de Ordem Política e Social, onde foram pesquisados inquéritos policiais e fichários de indiciados; no da Polícia Militar, foram pesquisados livros de ocorrências e processos disciplinares; do Judiciário, se manusearam autos de processo penal; da Secretaria de Estado da Administração, autos de processo administrativo em geral (sindicâncias, apurações sumárias, processo disciplinar); da Secretaria de Estado de Planejamento, foram utilizados anuários estatísticos, relatórios, projetos, diagnósticos, etc. Nos arquivos da Imprensa Oficial, especialmente o acervo do “Jornal Amapá”; da Biblioteca Pública “Aracy Mont’Alverne”, o acervo do jornal “Folha do Povo”; no Museu de História “Joaquim Caetano da Silva”, pôde ser pesquisado o acervo de legislação do então Território Federal do Amapá (Leis, Decretos, Portarias e outros atos normativos.) e no arquivo da Polícia Federal, foram pesquisados processos administrativos de censura a obras de arte, inquéritos policiais e fichários de indiciados.

Em termos de arquivos privados, foram utilizados:

Os da Prelazia de Macapá, especialmente o acervo das edições do jornal “Voz Católica”; os do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá – IRDA, principalmente no que se refere a projetos e diagnósticos de empresas que pretendiam se estabelecer no Amapá no período a ser estudado.

Por fim, os arquivos pessoais de:

²⁸ Algumas pessoas e instituições amapaenses “guardam” alguns tipos de documentos do período, porém, mais com o ânimo de colecionadores, do que de arquivista com preocupações de conservação e organização.

Luiz Alberto da Costa Guedes, Edgar Rodrigues, Estácio Vidal Picanço, Nilson Montoril de Araújo e Rui Barbosa, onde foram pesquisados material iconográfico, correspondência pessoal, alguns documentos públicos, panfletos, manifestos, etc.

Os arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais, custodiados pelo Arquivo Edgard Leunrouth da Universidade Estadual de Campinas, foram de importância fundamental para o estudo da resistência organizada e da prática de tortura no Amapá.

Neste arquivo foram utilizados Inquéritos Policiais Militares envolvendo amapaenses, correspondência pessoal de lideranças políticas locais de esquerda, relatórios de partidos políticos e de espiões policiais, periódicos que citavam e/ou circulavam no Amapá, dentre outros documentos.

2 – FONTES ORAIS:

Foram entrevistadas 17 pessoas que participaram diretamente de toda a trama política ditatorial, uns como resistentes, outros como importantes dirigentes do *establishment*, sendo que destes, 12 (doze) podem ser caracterizados como resistentes e apenas 05 (cinco) como dirigentes. O número relativamente pequeno de entrevistados dirigentes do regime no Amapá explica-se por uma resistência da maioria desta classe de testemunhas em registrar sua visão do ocorrido.

Em relação a alguns acontecimentos narrados neste trabalho, tais como aqueles ligados a prática do terror de Estado e das torturas, o depoimento oral, ou como alguns historiadores preferem²⁹: a documentação oral foi de importância decisiva para a

²⁹ AVELINO; Yvone Dias. Experiências e trajetórias de vida. As tramas da memória universitária a partir de depoimentos orais, in *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em história e do departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. nº 22 – Junho de 2001. pp. 223-238

comprovação, dado o desconhecimento pelo autor de documentos de outro tipo que pudessem esclarecer aqueles fatos.

Conquanto a chamada história oral seja um instrumento de resgate do passado, respeitado e inteiramente aceito pela comunidade historiográfica contemporânea, ela possui peculiaridades e fascínios que podem afetar sua eficácia instrumental e metodológica.

Em primeiro lugar, como ensinou Paul Thompson: “ *A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.*”³⁰

É pretensão desta dissertação ressaltar as ações de pessoas e grupos não exatamente oriundos da “maioria desconhecida do povo”, mas de uma “maioria desconhecida” da história oficial, que mesmo sendo uma elite, não pode ser identificada com os “heróis” vencedores do jogo político e social, porque, mesmo não sendo povo – este conceito tão etéreo -, buscavam e lutavam por ele, e, nesta luta foram derrotados. E, como derrotados, têm como referência principal para recordar aquela luta as suas próprias memórias.

O perigo e a vantagem de trabalhar com fontes orais é que “*estamos lidando com fontes vivas que, exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e das pilhas de papel, de trabalhar conosco num processo bidirecional.*”³¹

Bidirecional no seguinte sentido:

³⁰ THOMPSON; Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 44.

³¹ Idem. *Ibidem*. p. 196.

*“O entrevistado dá conta de suas experiências subjetivas a respeito de acontecimentos que tenha visto, escutando(sic) e ou participado. Por sua vez, o entrevistador deve estar atento ao propósito de não conduzir a entrevista aos seus fins e também para os aspectos dados como importantes pelos entrevistados, que podem ser indicadores do seu grau de compromisso com a situação.”*³²

O perigo é ser seduzido pela vida do depoente e perder-se o senso crítico, a vantagem é que *“toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”*³³

Nesta convivência depoente / entrevistador, o autor se dá por satisfeito se pelo menos não cair na sedução da vida do entrevistado, quanto a *“descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”* é uma meta a ser perseguida.

³² AVELINO; Yvone Dias. op. cit. pp. 226.

³³ THOMPSON; Paul. op. cit. p. 197.

CAPÍTULO I – O CENÁRIO DA SUBORDINAÇÃO

“Pois em verdade, o que é aproximar-se do tirano senão recuar mais de sua liberdade e, por assim dizer, apertar com as duas mãos e abraçar a servidão?”

Etienne de La Boétie

O objetivo deste capítulo inicial é demonstrar o comportamento da elite política amapaense em relação ao regime ditatorial militar, destacando a subordinação extremada desta elite ao centro definidor do poder nacional, chegando a um agudo e caricatural servilismo, identificado pela sensível falta de influência nos bastidores políticos do regime.

Ressalte-se contudo que este comportamento subordinado não era uma característica específica da elite amapaense, ainda que evidentemente tivesse as suas peculiaridades, pode-se enquadrá-lo em uma certa característica estrutural da classe/elite dominante brasileira identificada por relações que alguns antropólogos como Roberto da Matta³⁴ denominam de *compadrio*³⁵ que, dentre outras práticas, fundamentam seu agir no

³⁴ MATTA; Roberto da. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 95-105. Também em *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp. 139-193, e em *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 24-80

³⁵ MATTA; Roberto da *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. No contexto de suas reflexões sobre a cultura brasileira este autor diz: “[...] será preciso trazer para o estudo sério o papel da amizade, do *compadrio* e da lógica das relações pessoais em geral como um dado básico da sociedade [brasileira] e não como capítulos anedóticos sobre os quais se pode passar num vôo de águia”. p. 73. (ênfase acrescentada)

clientelismo, na troca de favores, no patrimonialismo, na privatização dos negócios públicos e na tutela autoritária do povo. Por via de consequência, também não era uma característica exclusiva da elite dirigente do regime militar. No caso do Amapá esse comportamento dependente e subordinado veio sendo culturalmente construído desde o período colonial.

De modo que a defesa deste postulado pressupõe um determinado entendimento do que é o Estado e a política. Assim, tomando como apoio as formulações de Décio Saes³⁶ e Nicos Poulantzas³⁷, entende-se Estado, como a própria organização da dominação de uma classe sobre outra, ou de outro modo, ainda que o Estado possa formular e executar políticas que atendam pontualmente interesses comuns de toda uma sociedade, ele sempre terá como seu fundamento mais íntimo a defesa dos interesses mais gerais de uma determinada classe social.

Partindo desta noção estruturam-se os outros instrumentos conceituais, tais como política, ideologia, forças sociais, tipos de Estados, formas e regimes de governo. Neste sentido, outro conceito basilar é o de regime político, entendido como padrão de organização da luta política, ou seja, a configuração conjuntural da organização da dominação de classe.

Neste sentido específico, a modalidade ditatorial militar de regime político caracteriza-se pela impossibilidade prática de exercício das liberdades políticas – como a liberdade de palavra, a de reunião, ou a de propaganda –, a inviabilização da

³⁶ SAES; Décio. *A Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 e SAES; Décio. O processo político brasileiro da “abertura” a “Nova República”: uma “transição para a democracia” (burguesa?) - in *Revista Teoria e Política n° 09* – São Paulo: Brasil Debates, 1988.

³⁷ POULANTZAS; Nicos. *Poder político e classes sociais* – São Paulo: Martins Fontes, 1986.

participação do sistema partidário “civil”, pela via do parlamento, no processo decisório estatal, e a consolidação das forças armadas como o único partido real na cena política.

A contrário sensu, a modalidade democrática de regime político designa a vigência prática, ainda que limitada, daquelas liberdades, ou seja, a possibilidade de pluralismo partidário e a manutenção das condições necessárias à participação do sistema partidário no processo decisório estatal³⁸.

Demonstrados os conceitos que estarão direta e indiretamente fundamentando este capítulo, partir-se-á de uma breve incursão sobre o período colonial e republicano até chegar-se ao estudo do comportamento político da elite amapaense durante o regime ditatorial militar.

Assenhorar-se da foz do Amazonas, revelou-se, desde os primeiros momentos da conquista européia, um empreendimento extremamente difícil. O fato de terem transitado por estas plagas antes de aventurarem-se ao sul do equador³⁹, não garantiu-lhes facilidades de domínio.

A notícia de imensas riquezas auríferas contribuiu para formar o mito de que, ali naquelas terras, localizava-se o fantasiado Eldorado. Sobre este atrativo imaginário iniciava-se a ação colonizadora européia na foz do Rio Amazonas. Espanhóis, portugueses, franceses, holandeses, ingleses, e até os tímidos – em se tratando de empresa colonizadora – irlandeses⁴⁰, empenharam-se em uma acirradíssima disputa pela região, sem que, no entanto, uma hegemonia consistente fosse lograda por qualquer um dos contendores.

³⁸ SAES; Décio. *O processo político brasileiro da “abertura” a “Nova República”: uma “transição para a democracia” (burguesa?)* - in *Revista Teoria e Política n° 09* – São Paulo: Brasil Debates, 1988.

³⁹ PIKANÇO; Estácio Vidal. *Informações sobre a história do Amapá*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981. pp. 20-30. CARVALHO; João Renôr Ferreira de. *Momentos de história da Amazônia*. Imperatriz/MA: Ética, 1998. pp. 163-180.

⁴⁰ COSTA; Pedro e SARNEY; José. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal, 1999. pp. 44-53

No início do segundo quartel do século XVII, Portugal, aproveitando-se da união com a coroa espanhola⁴¹, consolidou a ocupação da região, ainda que questionado intensamente pelos franceses, principal oponente aos portugueses no domínio territorial em questão. A confirmação de substanciais jazidas auríferas entre os rios Araguay e Oiapoque⁴² desencadeou definitivamente a exploração colonial. A dizimação das populações autóctones⁴³ foi a expressão mais dramática desta política.

Desde então um poder extremamente autoritário e controlador marcou as elites dominantes no Amapá. A aguda dependência dos centros definidores do poder político acabou por consolidar firmemente uma cultura de extrema subserviência das elites dominantes locais.

Em um processo que já em meados do século XVII estava consolidado, o núcleo de poder econômico, cultural e político no Brasil tinha como *locus* privilegiado o centro-sul do país, mais precisamente em torno das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, situação esta que, com as devidas correções, permanece até os dias de hoje.

Neste contexto, o Amapá inspirou um comportamento paradoxal nas elites definidoras do poder nacional. Por um lado era, e é, uma região longínqua demais para gerar uma preocupação cotidiana com a sua sorte; por outro, era uma paragem de imensas riquezas naturais, especialmente minerais que, além disso, localizava-se, e localiza-se, em uma posição extremamente estratégica – foz do Amazonas – para a manutenção e segurança do território brasileiro; diante deste fatores, necessitava, de qualquer modo, de uma atenção diferenciada.

⁴¹ Idem. pp. 69-99.

⁴² PICANÇO; Estácio Vidal. op. cit. pp. 20-30.

⁴³ MOULIN; Nilson (Org.). *Amapá: um norte para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000. pp. 76-79.

A solução para este paradoxo, foi estabelecer uma espécie de tutela permanente sobre a região. Nomeava-se um *intermediário de poder* que deveria ficar atento ao Amapá, em nome do interesse nacional.

Primeiro foram os donatários de capitânias, em seguida a província do Grão Pará e posterior Estado do Pará, e no final do segundo quartel do século XX, o Ministério do Interior.

Não é demais ressaltar que os próprios intermediários possuíam outros interesses nacionais, e via de regra, importavam-se preponderantemente com estes interesses. De modo que caracterizava esta lógica o envio de prepostos destes intermediadores de poder para comandar os negócios públicos do Amapá.

Sujeitos quase sempre alienígenas, desconheciam a problemática da região, buscando informar-se apressadamente, para assumir suas funções com um mínimo de capacidade gerencial. Invariavelmente traziam seu corpo de burocratas que, encerrados seus mandatos, imediatamente abandonavam a região, retornando para seu lugares de origem.

Por outro lado, a elite política e econômica local, ao ver-se impossibilitada de articulação direta com o núcleo de poder nacional, submetia-se servilmente aos interesses dos prepostos, sob a condição de não interferência nos seus privilégios econômicos e políticos. Sob a égide deste pacto, controlavam rigorosamente o restante da sociedade, reprimindo autoritariamente a mais ínfima manifestação de oposição a este *status quo*.

Ainda que fatores de ordem econômica, política, social e cultural atuem na configuração desta subserviência, não se pode deixar de levar em conta uma certa acomodação desta elite com a manutenção de sua posição na sociedade amapaense o que

dificultava uma articulação direta com o poder central. A característica de sua submissão estava próxima daquela noção de servidão que Marilena Chauí interpreta em Espinosa:

“ [...] Eis porque Espinosa não define a servidão humana como vício, lugar do erro e da má vontade, mas como pobreza do ser, do fazer e do pensar, lugar da abstração, isto é, da separação imaginária entre uma essência e sua potência de agir e pensar. Servidão é a impotência para existir em ato ou, como a define Espinosa, causa inadequada, porque nela o que nos acontece não depende das leis de nossa natureza, mas da força de causas transitivas externas que atuam sobre nós.”⁴⁴

De outro modo, por certo, também não se pode desprezar que esta cultura de subserviência tem um certo matiz daquilo que no século XVI La Boétie⁴⁵ já indicava: ávida por poder e posses, a elite política amapaense sacrificava sua autonomia e liberdade e aceitava a servidão, ou de outro modo, o compadrio, o clientelismo, a troca de favores, o patrimonialismo não conseguem ser explicados a partir da idéia de que é uma construção social exclusiva dos dominantes, de que os dominados nada ganham com isso e nem contribuem para a sua reprodução. Os elementos caracterizadores do compadrio (clientelismo, troca de favores etc.) somente podem ser compreendidos se considerados como um pacto entre dominantes e dominados para atender interesses recíprocos.

⁴⁴ CHAUI, Marilena de Souza. *A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa* – São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 77.

⁴⁵ LA BOÉTIE; Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999. pp. 11-67.

Era esta, enfim, a cultura política⁴⁶ que o advento do regime ditatorial militar encontrou nas elites dominantes no Amapá. Assim o entendimento do poder sobre uma ótica exclusivamente marxista como vinha ocorrendo até neste momento é insuficiente para explicar a vigência desta subordinação, ou, de outro modo, o poder não é patrimônio exclusivo da classe dominante. Foucault ensinou que o poder, não se reduz aos aparelhos de Estado ou mesmo às macro relações sociais, ele se espalha, infiltra-se, configura-se como uma intrincada e fina rede que está presente em todas as relações humanas. Somente assim o fenômeno e a construção teórica denominada de *cultura política* pode ganhar *status* interpretativo.

De modo que cultura política são as diversas formas que assumem historicamente – concretamente – a luta e o exercício do/pelo poder, assim como sua configuração em determinadas instituições (família, escola, religião, governo etc.) e suas práticas sócio-políticas respectivas.

Pelo menos no que se refere à última metade do século XX, não seria exagerado afirmar que os anos de 1961 a 1964 foram os mais intensos da história política contemporânea brasileira. As chamadas “reformas de base” propaladas pelo presidente João Goulart catalisavam todo o processo e mobilizava intensamente as forças sociais, contra ou a favor das intenções presidenciais. No Amapá, as forças políticas agrupadas em torno do Partido Social Democrático – PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB alinhavam-se incondicionalmente às “reformas de base”. Digladiavam-se para definir quem era mais “janguista”.

⁴⁶ FALCON; Francisco. *História e poder* in CARDOSO; Ciro F. S. e VAINFAS; Ronaldo (Orgs). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 79-80.

O PSD, capitaneado por Janary Gentil Nunes e sua família, reivindicava uma relação umbilical, senão genética, com João Goulart, dado que ambos haviam sido “crias” políticas de Getúlio Vargas. O PTB, por sua vez, mais doutrinário, denunciava a perversão de Janary aos princípios históricos do trabalhismo varguista. Nesta contenda, a manipulação, a perseguição política e as fraudes eram instrumentos comuns dos gestores da máquina governamental⁴⁷.

Desde dezembro de 1962, governava o Amapá o tenente-coronel Terêncio Furtado de Mendonça Porto, guindado ao cargo graças à minuciosa articulação do então deputado federal Janary Gentil Nunes junto ao governo federal, particularmente, junto ao general Assis Brasil e ao próprio presidente João Goulart, que, em troca de apoio à campanha pelo presidencialismo e às futuras reformas a serem propostas pelo mesmo, decidiu pela nomeação de Terêncio Porto em substituição a Raul Monteiro Valdez.

Terêncio Porto assumiu o governo obedecendo à lógica da subserviência, respeitando os ditames imediatos do deputado Janary Gentil Nunes, que por sua vez, buscava – cada dia mais intensamente – uma aproximação com o governo João Goulart.

Pode-se constatar o nível e a profundidade da adesão do governo do território federal do Amapá às reformas propostas pelo presidente João Goulart pelas matérias publicadas no Jornal Amapá, órgão oficial do governo. No aniversário de 1963 do presidente da República, o Jornal foi efusivo:

“Aniversariou na data de ontem o Dr. João Belchior Goulart, Presidente Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil.

⁴⁷ SANTOS; Fernando Rodrigues. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo - 1943/1970*. Macapá-AP: Editora Gráfica O Dia/ Fundecap, 1998. pp. 79-142.

Dotado de uma vocação extraordinariamente inata para dirigir homens e povos, predestinação que mais se vislumbra quando pelo seus atos e atitudes de grande brasileiro faz refletir, mesmo nas ocasiões mais difíceis, um espírito de alta serenidade e de firme energia, o Dr. João Goulart, quer como político de raro gabarito, quer como Presidente de todos os filhos desta grande Pátria, por tôdas(sic) as qualidades intrínsecas ao seu caráter eminentemente de homem público, torna-se credor da estima e dos mais vibrantes aplausos dos compatriotas do Brasil inteiro.”⁴⁸

Na mesma matéria demonstra a profundidade do compromisso com as reformas propostas pelo presidente:

“Acaba, agora, com a implantação do seu plano trienal de governo, que novas perspectivas de desenvolvimento trouxe para o povo brasileiro, de reafirmar, mais uma vez, o seu propósito inabalável de solucionar, dentro de curto prazo os grandes problemas nacionais.”⁴⁹

Em agosto de 1963, o governador Terêncio Porto tentou articular a vinda do presidente João Goulart ao Amapá para as comemorações do vigésimo ano de fundação do território, a realizar-se em 13 de setembro.

O presidente chegou a confirmar sua presença nas festas, mas devido à extenuante maratona de articulações relacionadas às reformas que ambicionava, acabou por

⁴⁸ Jornal Amapá, n° 1206, Ano 18, de 02/03/1963.

⁴⁹ Idem. Ibidem.

cancelar a visita. Frustrada a vinda do presidente, algumas senhoras da “sociedade amapaense”, no início de setembro, convidaram a primeira dama Maria Tereza Goulart a comparecer às festividades de aniversário do território federal.

Considerando a proximidade da data, o atendimento do convite ficou frustrado, mas se agendou para março de 1964 a visita da primeira dama, que devido às fortes mobilizações sociais naquele mês, e os conseqüentes compromissos presidenciais, impossibilitaram-lhe o cumprimento do convite.

Por outro lado, os petebistas, como era natural, engajavam-se pela defesa das “reformas de base” e pela busca por espaço no governo local, já que correligionários do presidente da República viam dia a dia os espaços políticos e administrativos serem ocupados por lideranças ligadas a Janary Nunes.

Verifica-se então, que no Amapá, a disputa não era – pelo menos, até a primeira semana de abril de 1964 – contra ou a favor das “reformas de base”, mas por quem era seu mais legítimo defensor.

A dependência das elites amapaenses, associada ao isolamento geográfico e político do Amapá, condicionou uma certa apatia, um desinteresse dos setores dominantes pelos meandros e evoluções da política nacional. Desde que seus cargos e privilégios não estivessem ameaçados, pouco importava o que estivesse ocorrendo, ou quem estivesse de plantão no poder nacional.

De modo que, a despeito de o golpe civil ou militar, de direita ou de esquerda ser um fato iminente no horizonte político desde, pelo menos, a renúncia de Jânio Quadros; ao eclodir o golpe civil-militar de 1964, parte significativa da elite amapaense ainda não havia realmente decidido qual lado aderir.

O Jornal Amapá, que até uma semana antes transbordava louvores ao presidente João Goulart, denominando-o como um estadista “*dotado de uma vocação extraordinariamente inata para dirigir homens e povos*”, em sua edição de 08 de abril de 1964 já descreve o presidente como um governante – no mínimo – pusilânime, que abandonara as elevadas funções do cargo que até há pouco tempo ocupara.

O governador Terêncio Porto, assim que toma conhecimento do levante militar, apressa-se em tentar salvar seu cargo. Viaja a Belém do Pará para articular-se com o Comando Militar da Amazônia, mais especificamente, com os líderes do golpe na região, o coronel Jarbas Passarinho e o major Alacid Nunes.

Comportou-se – como disse Manoel Corrêa de Andrade em relação à maioria dos governadores nordestinos⁵⁰ – negociando e negaceando sua permanência no poder. A tenaz tentativa em manter-se no cargo não permitiu a Terêncio Porto meios termos e, por conseqüência, uma postura política que procurasse disfarçar sua posição anterior ao golpe civil-militar de adesão às reformas populistas preconizadas por João Goulart. Assim, em nota oficial publicada no Jornal Amapá de 08 de abril de 1964, o governador afirmava que vinha:

“[...] mantendo ligação com o Comando Militar da Amazônia, Primeira Zona Aérea e Quarto Distrito Naval, visando a manutenção da ordem pública e a repressão ao comunismo, seus agentes, seus agitadores e aproveitadores da situação anormal da vida nacional”

⁵⁰ ANDRADE, Manoel Corrêa. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* – São Paulo: Contexto, 1989. p.25.

E, no intuito de tranquilizar os novos donos do poder, encerrava a nota justificando que *“a ordem pública está inalterada, reina calma em todos os municípios e a democracia autêntica é o regime imperante no Amapá, com as benções(sic) divinas”*. Entre a retórica e a prática da democracia efetuava-se a prisão indiscriminada de supostos opositores ao golpe civil-militar. Jogada a sorte da articulação com os líderes do golpe na região, o governador voltou-se para a articulação da sociedade amapaense em torno da defesa do novo *establishment*⁵¹.

Neste sentido, convocou para o dia 15 de abril de 1964 uma manifestação pública de apoio à sublevação civil-militar e ao novo presidente da república, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Fizeram-se presentes representantes dos setores mais conservadores da sociedade: alta hierarquia religiosa, promotores de justiça e até do comando militar golpista na região norte⁵². Esclareça-se que manifestações desta natureza foram eventos mais ou menos comuns na maioria das unidades da federação nos primeiros dias do golpe civil-militar.

Segundo o Jornal Amapá, a manifestação pública ocorria para

“[...] render graças a Deus pelo êxito do movimento que libertou o nosso querido País da ameaça do comunismo e demonstrar sua irrestrita solidariedade e confiança no futuro do Brasil, agora entregue à sábia e esclarecida

⁵¹ ELIAS; Norbert e SCOTSON; John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. pp. 19-50. *Establishment* é uma palavra do inglês que designa grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Fundam seu poder no auto-entendimento de constituírem um modelo moral para os outros.

⁵² SANTOS; Fernando Rodrigues. op. cit. pp. 147-150.

*direção do grande patriota e soldado exemplar que é o marechal Castelo Branco.”*⁵³

Ainda na luta para manter-se no cargo e demonstrar que não era adepto “revolucionário” de última hora, o governador Terêncio Porto tomou algumas atitudes políticas⁵⁴ que acabaram por inviabilizar sua já improvável manutenção no cargo.⁵⁵

Em 15 de maio de 1964, o governador foi substituído pelo general Luiz Mendes da Silva, homem de confiança do novo poder, mais especificamente, do novo presidente da república, ao qual havia servido como oficial subordinado na campanha da Força Expedicionária Brasileira – FEB na Itália, na função de oficial adjunto da seção de operações do estado maior, seção esta chefiada pelo então tenente-coronel Humberto de Alencar Castelo Branco. Assim, mais um transeunte assumia o poder no Amapá. O outro, assim que deixa o cargo, retorna ao Rio de Janeiro, seu lugar de origem e residência.

Nos poucos mais de três anos que ficou à frente da gestão do governo territorial, o general Luiz Mendes da Silva comportaria-se como os seus antecessores: subserviência ao poder central; importação da equipe de trabalho e o conseqüente desprezo às lideranças nativas. Cômico de sua transitoriedade, busca beneficiar-se o máximo possível com sua estada no poder. O novo governador, em termos alegóricos, deixa inequívoca a natureza militar do seu futuro mandato: *“espero que possamos continuar sendo a sentinela avançada do Brasil”*.

O general Luís Mendes da Silva foi quem de fato colocou na “ordem do dia” e consolidou as diretrizes ditatoriais preconizadas pelos dirigentes do golpe civil-

⁵³ Jornal Amapá, nº 1269, Ano 19, de 22.04.1964.

⁵⁴ como por exemplo: a prisão de notórios simpatizantes do golpe civil-militar e o confronto de poder com o Chefe da Guarda Territorial – que se verá com mais detalhes no Capítulo IV sobre a resistência.

⁵⁵ SANTOS; Fernando Rodrigues. op. cit. pp. 150-152.

militar de abril de 1964. O novo governador tomou posse no cargo em 15 de maio de 1964. Em 06 de junho já determinava a prisão de políticos ligados ao ex-governador⁵⁶.

Como uma de suas primeiras medidas administrativas nomeou prefeito da capital o jovem Renê Azevedo Limonchi – que compunha o corpo de burocratas trazidos pelo novo mandatário – e, como de praxe, nunca havia pisado em terras amapaenses; agia assim, o governador, como seus predecessores. O novo prefeito, em seu primeiro ato como tal, já demonstrava o que viria a ser a nova gestão: demitiu 112 servidores, sem o devido processo legal, alegando contratação ilegal. Com uma prática que viria a se tornar rotineira na Administração do Amapá, muitos servidores foram ameaçados de transferência ou transferidos compulsoriamente para o interior do Território⁵⁷.

No dia 27 de julho de 1964, pouco mais de dois meses após sua posse, o governador criaria o que seria uma espécie de “Tribunal do Santo Ofício” amapaense: a Comissão de Investigação Sumária – CIS⁵⁸, que devassaria a vida pública e privada de opositores ao regime, em nome de investigar irregularidades no serviço público. Quando não demitiu, apenou ou chantagiu, a CIS estigmatizou e construiu um imagem demoníaca de pessoas que se opunham, mesmo pacificamente, ao regime recém instalado.

Considerando a cultura comunitária e o imaginário fantástico que predominava na sociedade amapaense de então, essa atitude possuía enorme eficácia subordinadora, visto que as pessoas estigmatizadas sofriam toda espécie de boicotes, comentários maledicentes e impropérios, o que lhes cortava certos laços de afeto e socialização, culminando quase sempre com um *mea culpa* que então os redimiam. Um

⁵⁶ Idem. p. 154

⁵⁷ Idem. pp. 156-160.

⁵⁸ Idem. p. 155.

processo de controle social extremamente semelhante àquele analisado por Norbert Elias e John L. Scotson, em uma pequena comunidade operária dos arredores de Londres:

“Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer configuração estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [praise gossip], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [blame gossip] contra os suspeitos de transgressão.”⁵⁹

O governo Luís Mendes da Silva transcorreu sob o signo de uma acirrada disputa com o Deputado Janary Gentil Nunes pela hegemonia no poder amapaense. Uma disputa caracterizada pela falta de cuidado com a linguagem e com a suscetibilidade do adversário. Fingiam-se aliados, mas toda sorte de artimanhas intervinham na contenda: intrigas palacianas, boatos, acusações, reconciliações, ofensas eram algumas das armas deste embate entre o governador e o deputado. Esta luta chega ao ápice quando foi montada pelo deputado Janary Gentil Nunes uma tentativa de sublevação da Guarda Territorial⁶⁰, mas que, descoberta a tempo pelo governador, acabou desarticulada.

⁵⁹ ELIAS; Norbert e SCOTSON; John L. op. cit. p. 20.

⁶⁰ SANTOS; Fernando Rodrigues. op. cit. p. 158.

Quando do golpe, a imprensa no Amapá compunha-se de três jornais e duas emissoras de rádio⁶¹ que aderiram em sua totalidade à subversão civil-militar. Ao contrário do restante do Brasil, no Amapá, os estudantes organizados liderados pela União dos Estudantes Secundaristas do Amapá – UECSA alinharam-se aos golpistas, participando ativamente das manifestações de apoio ao regime militar recém instalado. A profundidade da adesão dos estudantes amapaenses à ditadura militar pode ser intuída de um fato extremamente sintomático: em agosto de 1964, os universitários Rubens Loureiro e Sérgio Santacrósi, da Universidade de São Paulo, e futuros membros da organização estudantil de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas – CCC, vieram especialmente a Macapá a fim de defender o ideário do golpe civil-militar, assim como contribuir para a cooptação e formação de quadros estudantis pró-regime ditatorial militar.⁶²

Com o desencadeamento repressivo do Governo Luís Mendes da Silva, o Partido Trabalhista Brasileiro atrofia-se e, ainda em 1964, desaparece, possibilitando na reforma partidária promovida em 24 de novembro de 1966 pela ditadura militar através do Ato Complementar nº 4 que implanta o bipartidarismo, a emergência exclusiva da ARENA, como partido em atuação no Amapá. Tal fato acirra a disputa do governador com o deputado Janary Gentil Nunes pela liderança política no Território, buscando, cada um, articulações nacionais que lhes dessem sustentação para um golpe definitivo no adversário.

Combinando traços de um comportamento coronelístico com o de uma estreita mentalidade militar, o general Luís Mendes da Silva agia política e administrativamente como um senhor feudal, julgava-se dono da vida e dos corpos de seus subordinados e administrados. Sempre aparecia em público em trajes de cavalaria (sua

⁶¹ Idem. Ibidem. p. 160.

⁶² Idem. Ibidem. p. 164.

arma no Exército), trazendo à mão um chicote que, em suas visitas inesperadas nas repartições e logradouros públicos, exibia ameaçadoramente aos que não se coadunassem com seu modelo e exigência de bem comportar.

Na campanha eleitoral de 1966 para deputado federal, apresentaram-se duas chapas, ambas da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, uma encabeçada por Alfredo Oliveira, prefeito de Macapá na gestão de Luís Mendes e com seu apoio ostensivo, a outra encabeçada pelo deputado Janary Gentil Nunes, que tentava a reeleição. Era a oportunidade definitiva para o confronto das lideranças pró-ditadura militar. Janary vence a disputa, fortalecendo-se politicamente e, com o cacife conquistado, busca a exoneração do governador.

Não exatamente em razão das articulações do deputado Janary, mas como decorrência das mudanças políticas no seio do regime ditatorial militar que culminaram com a escolha de Costa e Silva para substituir Castelo Branco, o general Luís Mendes da Silva foi substituído pelo general Ivanhoé Gonçalves Martins, em 20 de abril de 1967.

Logo de pronto, o novo governador comportou-se como seus antecessores, desprezou os quadros locais e importou a maioria dos burocratas do primeiro escalão governamental. De qualquer modo, enquanto seu antecessor era simplório e irascível, o general Ivanhoé era culto e articulado. Na contracorrente do que ocorria em nível nacional, o governo Ivanhoé procurou priorizar o aspecto ideológico em relação ao repressivo. Buscou substância sociológica e filosófica às suas ações, esmerou-se na construção de seus discursos, privilegiou o simbolismo patriótico, enfim, empenhou-se no convencimento, em vez de na força. Pode-se dizer que o general Ivanhoé estava mais para um militar castelista, do que para um da “linha dura”, que passava a hegemonizar o regime com a ascensão de Costa e Silva.

Ao contrário do entender de Fernando Santos⁶³, o governo Ivanhoé foi um governo – nos limites de um Estado ditatorial – mais tolerante, ou melhor, menos intolerante com a oposição. Contudo, tal fato não deve ser creditado a uma predisposição democrática pessoal do novo governador. O governo Luís Mendes da Silva já havia realizado com eficácia o trabalho de coação. A onda repressiva efetuada através de prisões, ameaças e da CIS, desarticulava e abortava as mínimas tentativas de resistência ao golpe civil-militar, que só voltariam a se reaglutinar no final de 1969.

Desembaraçado de uma tarefa repressiva cotidiana, o governador Ivanhoé Gonçalves Martins empenhou-se em um governo tipicamente desenvolvimentista, realizando diversas obras de infra-estrutura⁶⁴ e na firme disposição de solapar definitivamente a hegemonia política do então deputado Janary Gentil Nunes.

Nos primeiros momentos de seu governo, Ivanhoé firmou aliança com o deputado Janary, selada na base do rateio de cargos na administração territorial. Já nesta aliança, o governador começou a minar a liderança do deputado, ao relegar seus indicados a cargos subalternos e sem importância administrativa ou política. Absorvendo o golpe, e tentando recompor-se para contra-atacar, Janary publicamente comparecia a solenidades e declarava seu “irrestrito” apoio ao novo governo.

O governo Ivanhoé, por sua vez, consolidou seu projeto, incentivando e apoiando discretamente lideranças tradicionais de oposição ao deputado oriundas do extinto PTB, como Benedito Uchôa, a rearticularem-se na nova legenda do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, estratégia que iria culminar com a derrota eleitoral e política de

⁶³ Idem. pp. 186-187.

⁶⁴ Urbanização da capital, abertura da BR-156, construção de diversos prédios públicos, escolas etc.

Janary Gentil Nunes nas eleições de 1970, quando foi vencido pelo então pouco conhecido professor Antônio Pontes, do MDB e indisfarçavelmente apoiado pelo Governador.

O olhar histórico e o mirante metodológico utilizado neste capítulo busca uma descrição interpretativa das práticas e dos acontecimentos autoritários a partir das ações dos governadores do Território Federal do Amapá – ou como já foi afirmado anteriormente: prepostos dos agentes intermediários do poder ditatorial.

Assim, os personagens transitam em torno destas figuras; neste sentido, o político Janary Gentil Nunes aparece como um personagem secundário nesta narrativa até aqui, não revelando a sua verdadeira importância e o real papel que teve no desenrolar dos acontecimentos políticos narrados neste estudo.

Por isto, entende-se que, dada a sua peculiaridade, merece uma abordagem específica, no que se refere à sua atuação e ao relacionamento com o regime ditatorial militar no Amapá.

A opção por esta abordagem justifica-se pelos seguintes fatos:

- 1 – Sua importância e papel político na História do Amapá;
- 2 – O fato de ter atuado ininterruptamente por 27 (vinte e sete) anos na política amapaense (de 1943 até dezembro de 1970), e
- 3 – Por ter possuído um comportamento independente em relação aos governadores.

Janary Gentil Nunes, como político, enquadra-se em suas características no perfil do político médio brasileiro, onde o fisiologismo, o personalismo e o oportunismo são as práticas predominantes. Seja com Juscelino Kubitschek, seja com Jânio Quadros, João Goulart ou a ditadura militar, a despeito da retórica de compromisso com estes

governos, seu objetivo principal era a manutenção, reprodução e ampliação de seus privilégios e *status* pessoal na estrutura de poder.

Neste sentido, a despeito de pertencer à União Democrática Nacional – UDN, foi um dos mais ardorosos parlamentares do Congresso Nacional a defender as “reformas de base” e as proposições políticas do Governo João Goulart, do PTB. Alinhava-se com destaque ao presidente. Este alinhamento, como disse Fernando Santos⁶⁵, não resultou de uma identidade ideológica com o governo trabalhista, mas de um equivocado cálculo político que pressupunha vitorioso este governo no embate radical estabelecido às vésperas do golpe civil-militar. Arrisca-se a afirmar que, no Amapá, Janary era um dos raros políticos, senão o único que tinha informações seguras das tramas golpistas que antecederam a noite de 31 de março de 1964, mas avaliava que o Governo Goulart, além do apoio popular possuía um esquema militar sólido, entre as praças e oficiais de baixa patente, suficientemente capaz de neutralizar os intentos golpistas, e mais, sair fortalecido do confronto iminente. O desenrolar dos acontecimentos revelaria o erro de cálculo do deputado.

Em 30 de março, de Brasília contatou o Governador Terêncio Porto para manifestar publicamente o seu apoio às reformas propaladas pelo Governo Goulart.

“[...] ainda em 30 de março [Janary] determinava verbalmente ao representante [do Governo do Amapá em Brasília] Fernando Coutinho que em seu nome se solidarizasse novamente com a cúpula do governo goularista, no entanto esse somente conseguiu contactar

⁶⁵ SANTOS; Fernando. op. cit. pp. 88-107.

com o general Assis Brasil, ao qual transmitiu o repúdio do deputado e do governador ao movimento golpista.”⁶⁶

Desfechado o golpe civil-militar, em 01 de abril, Janary ainda avaliava possível a vitória de Goulart e conclamava a população amapaense ao apoio à legalidade. Porém, consolidado o movimento civil-militar subversivo, no dia 02 de abril,

“ [...] As primeiras horas da manhã, telegrafava ao Governador Terêncio Porto uma mensagem desesperada, clamando que não divulgasse na imprensa local suas declarações de apoio ao goularismo. Em seguida dava a estapafúrdia informação (mas compreensível), que havia se solidarizado com a revolução gloriosa e mandava que o governador seguisse o seu exemplo, no que foi de imediato atendido.”⁶⁷

Apavorado com o curso dos acontecimentos e a possível cassação de seu mandato, o deputado Janary buscou desaparecer da cena política, na esperança de rearticular-se, buscando as pessoas, o momento e as articulações corretas para metamorfosear-se, ou melhor, para colocar à mostra, mais uma vez o seu mimetismo político. Como muito bem definiu Fernando Santos:

“A instalação do governo militar expôs definitiva e abertamente a hipocrisia política dos militantes partidários e dirigentes amapaenses. Ninguém havia mais apoiado as diretrizes goularistas e todos se consideravam

⁶⁶ Idem p. 147.

⁶⁷ Idem. Ibidem.

*revolucionários, havendo acusações de oportunismo e demagogismo, todavia, com eles buscando dar demonstrações públicas de apoio ao governo autoritário que se instalava.”*⁶⁸

Batalhando por sua sobrevivência política, Janary foi um dos principais articuladores de uma série de manifestações de apoio ao golpe que realizaram-se ainda no mês de abril. No dia 11, em parte para saudar a posse de Castelo Branco, em parte para imitar a grande manifestação paulista, foi realizada no Amapá “A Marcha da Família Cristã com Deus pela Liberdade”. No dia 15, na Praça Barão do Rio Branco, capitaneado pelo bispo Dom Aristides Piróvano, um grande comício de apoio ao novo regime foi realizado. No dia 24 de abril, os protestantes, conduzidos pelo pastor Otoniel Alencar e pelo reverendo Domingos Andrade Lima, nas proximidades do Mercado Central, realizavam o seu ato público de apoio ao novo regime.

Conquanto estivesse em delicadíssima posição perante o regime militar, o deputado Janary possuía uma preciosa e importante carta na manga. Na década de 40, Janary, então governador do Território, foi o principal articulador político da exploração de manganês pela associação das empresas norte-americana Bethlehem Steel e da brasileira ICOMI, os capitães destas empresas eram gratos aos serviços do deputado e tinham apoiado ostensivamente o golpe civil-militar.

Usando desta sua articulação, Janary Gentil Nunes começava lentamente a reverter sua situação, ganhando a confiança dos novos donos do poder. Realizada a reforma partidária pela ditadura, Janary filiou-se à ARENA e passou a ser um de seus mais

⁶⁸ Idem. p. 148

destacados deputados, tendo no final de 1966 já revertido completamente a sua situação, sendo reconhecido pelo regime ditatorial como um de seus principais defensores.

Como já se viu anteriormente, o deputado Janary empenhou-se em uma acirrada e desgastante luta com o governador Luís Mendes da Silva pela liderança política no Amapá. Não seria errôneo dizer que desta disputa o deputado saiu vitorioso, com a exoneração do governador. Mas com isto sua paz não estava assegurada. Assumiu o governo o general Ivanhoé Gonçalves Martins, significativamente mais articulado e refinado politicamente que o seu antecessor e, por isto mesmo, um adversário mais poderoso na disputa pela hegemonia do poder político no Amapá.

Como era previsível, estabeleceu-se entre o novo mandatário e o deputado, quase que imediatamente à posse daquele, uma contenda velada – mas intensa – pela liderança política no Território. Ao contrário dos seus antecessores, Ivanhoé evitou um confronto aberto com o deputado Janary, priorizando nesta disputa o que um discípulo de gramsci denominaria “guerra de posição”: a cooptação de importantes lideranças janaristas, especialmente entre os estudantes; o incentivo à rearticulação de uma oposição moderada – leia-se emedebista – e de constantes conchavos com parte significativa da liderança nacional da ARENA.

Disto resultou que, na eleição de 1970, o deputado Janary Gentil Nunes é finalmente derrotado pelo candidato emedebista, o jovem professor Antônio Pontes, que contara com o não explícito, mas indisfarçável apoio do governador Ivanhoé. Desarticulado, sem o ânimo da juventude, o deputado Janary retira-se da vida pública e, como tantos outros dirigentes políticos que transitaram pelo Amapá, radicou-se no Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 15 de outubro de 1982, ao 72 anos de idade.

Ressalte-se que o foco analítico deste trabalho baseou-se num determinado comportamento da elite política amapaense, tendo como hipótese orientadora a cultura de servilismo vigente neste segmento, tomando como estudo de caso o regime ditatorial militar, especificamente, entre os anos de 1964 a 1974. Neste sentido, é de bom alvitre esclarecer que uma parcela significativa da sociedade amapaense de então – trabalhadores, classe média: intelectuais, artistas, estudantes etc. – está ausente da narrativa ou aparece compondo o pano de fundo do cenário neste capítulo, e, portanto, sem a real importância que teve no curso dos acontecimentos estudados.

De modo que, por exemplo, no Amapá – assim como no restante do Brasil – a pequena, mas influente classe média aderiu imediata e maciçamente ao golpe militar, e foi um sujeito importante na produção e reprodução dos ideais e valores engendrados no regime ditatorial que se implantava. Médicos, advogados, funcionários públicos, pequenos comerciantes, fazendeiros aplaudiram a emergência do novo governo.

Se a grande maioria da classe média aderiu voluntariamente à sublevação civil-militar, no Amapá uma parcela significativa da sociedade, incluindo elementos da própria classe média, foi obrigada, sob ameaça real de perseguição política, prisão, tortura, chantagens entre outros, senão a aderir ao golpe, pelo menos, a não empreender mobilização de qualquer espécie que pudesse ser interpretada como crítica ao governo ditatorial, sem contar, a minoria dos que a despeito desta ameaças e admoestações, teimaram em estabelecer formas de oposição e resistência à nova ordem autoritária.

CAPÍTULO II – O CENÁRIO DO TERROR

“Mas quem dará o balanço dos projetos humanos que se frustraram, dos abraços que se negaram, dos beijos paralisados, tudo por medo? Quem dará o balanço do medo que nós tivemos? Às vezes, como no meu caso, tive até medo de fazer medo, deixando de buscar contato com centenas de amigos, de quem sentia muita saudade, aqui no frio e no gelo [...]”

Fernando Gabeira

Por certo o terror de Estado é uma variante da prática política decorrente das funções de dominação desta instituição, podendo ser circunscrita à sua organização e estrutura. No entanto, a despeito de ser uma prática que não exige ou não admite questionamento sobre sua natureza, não está ao todo isenta de uma justificação para a sua aceitação social, neste sentido, também não deixa de inserir-se no campo da ideologia.

Considerando que ideologia é um conceito de enorme variação de sentidos no âmbito das ciências sociais é salutar apresentar o entendimento teórico que tem-se deste fenômeno. Adianta-se que não se adotará o conceito inspirado no marxismo clássico de Marx e Engels, que a entende como visão social das classes dominantes, que no afã de encobrir a dominação, mascara e deturpa o real.

Prefere-se adotar neste trabalho a concepção de ideologia, por assim dizer, mais leninista⁶⁹, que a entende como o conjunto de concepções políticas, jurídicas, artísticas, morais, éticas, enfim, das idéias *latu sensu* de uma determinada classe social, o que evidentemente não deixa de ser uma visão parcial da realidade, porém, sem a conotação psicológica de consciência deturpadora que está pressuposta na conceituação marxista clássica.

Recorrendo a Hannah Arendt podemos caracterizar o poder ditatorial em duas dimensões *“de um lado, o poder arbitrário, sem o freio das leis, exercido no interesse do governo e contra os interesses dos governados; e, de outro, o medo como princípio da ação, ou seja, o medo que o povo tem pelo governante e o medo do governante pelo povo.”*⁷⁰

Desde os primeiros momentos do golpe civil-militar a elite política amapaense, sob a liderança de Terêncio Porto, entronizou a lógica ideológica e a prática política do novo regime e, já entre os dias 03 e 07 de abril, prendeu 11 supostos militantes comunistas.

Por ocasião da viagem do governador para prestar contas do golpe junto ao Comando Militar da Amazônia, o Jornal Amapá noticia:

“[...] em entrevista que manteve com os chefes militares da 8ª Região, o chefe do Executivo Territorial prestou

⁶⁹ O conceito de ideologia encontra-se disperso na produção intelectual de Lenin, estando mais elaborado em *“O Estado e a revolução”* e *“Acerca do infantilismo ‘de esquerda’ e do espírito pequeno burguês”* in *Obras Escolhidas*. Moscou/Lisboa: Edições Progresso/Edições Avante, 1985. Vol. 3. pp. 189-289 e 427-453; *“Sobre ‘democracia’ e ditadura”*, in *Obras Escolhidas*. Moscou/Lisboa: Edições Progresso/Edições Avante, 1985. Vol. 4. pp. 128-131 e em *“A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo”* e *“Para a história da questão da ditadura”* in *Obras Escolhidas*. Moscou/Lisboa: Edições Progresso/Edições Avante, 1985. Vol. 5. pp. 87-169 e 191-209.

⁷⁰ ARENDT; Hannah. *As origens do totalitarismo. totalitarismo: o paroxismo do poder. Uma análise dialética*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979. p. 226.

informações sôbre as medidas preventivas adotadas pelo Governo, quando dos últimos acontecimentos ocorridos no País e das providências que haviam sido tomadas para neutralizar a ação de elementos suspeitos de pertencerem ao credo vermelho, informando ainda àquelas autoridades sobre a prisão, em nossa capital, de 11 adeptos do comunismo.”⁷¹

Em concomitância com a prisão de “adeptos do comunismo”, o governo territorial desencadeia uma campanha persecutória indiscriminada, gerando um significativo estado de apreensão e medo na população. Servidores públicos eram punidos, demitidos, admoestados sem a menor formalidade administrativa, sindicalistas eram destituídos e detidos, estudantes eram penalizados e expulsos de colégios, opositores eram investigados e ameaçados, petebistas eram vigiados e acintosamente admoestados em público.

Configurava-se desde os primeiros momentos do golpe civil-militar o que viria a tornar-se prática estrutural da ditadura: o terror de Estado, entendido aqui, como a substituição das chamadas liberdades políticas pela prática regular de ações estatais materialmente coercitivas e ideológicas que visavam atentar diretamente contra a integridade física e psicológica dos indivíduos e grupamentos sociais, objetivando aliená-los da participação política pelo medo; sendo medo – em seu matiz sociológico – o estado de torpor social, de insegurança onipresente quanto à integridade físico-psicológica ocasionada por aquelas práticas estatais, de modo a paralisar a ação crítica e racional dos

⁷¹ Jornal Amapá – nº 1267 – de 8.04.1964

indivíduos e grupamentos sociais em relação à ordem político-social dominante da qual emana o terror.

A nota oficial do Governo do Território publicada em 08 de abril de 1964 não deixa dúvidas quanto ao seu caráter intimidatório e discricionário:

“[...] Infelizmente, as investigações policiais determinadas pelo Governo, desde o início do movimento de restauração democrática, revelaram a existência de um grupo de comunistas no Amapá, infiltrados em diversos setores. Pessoas comprometidas com os agitadores, seus protetores e mentores vêm sendo apontados no decorrer das investigações.”⁷²

Esta mesma nota oficial revela as articulações ditatoriais com o comando golpista no Pará e a repressão a estudantes universitários amapaenses domiciliados em Belém do Pará, que eram investigados, perseguidos e presos – em articulação com a aparelhagem repressiva paraense –, por causa da militância no movimento estudantil e do envolvimento com reivindicações e idéias democráticas e socialistas:

“[...] Em Belém, um trabalho infame, já desmascarado e que visava perturbar a tranqüilidade da família amapaense, desorganizar os serviços públicos, desmoralizar as autoridades, retardar o pagamento dos funcionários e substituir, abruptamente, o Governador, estava em marcha. Seus autores, sobejamente conhecidos, inimigos declarados

⁷² Idem. Ibidem.

*do Amapá, já estão prestando contas de seus crimes perante as autoridades militares, mediante provas apresentadas.”*⁷³

Seguindo a lógica dos regimes totalitários, que “*pressionando os homens uns contra os outros, [...] destrói o espaço entre eles*”⁷⁴, a Nota Oficial termina exortando a população à delação e ao servilismo e anuncia a repressão que viria:

*“[...] Pode confiar povo amapaense que chegou a hora de se livrar dos perniciosos elementos, cujas atividades de apoio aos comunistas são conhecidas, pois eram feitas abertamente, dando-lhes participação na administração, vantagens indevidas e cobertura total, inclusive financeira.”*⁷⁵

Esta parte da nota oficial revela também o fracionamento na elite amapaense. Os “perniciosos elementos” que acobertavam os comunistas nada mais eram que o deputado Janary Gentil Nunes e seus seguidores, que, de comunistas não tinham nada.

O que havia, na verdade, era um oportunismo de Terêncio Porto que, no bojo das defenestrações golpistas, desejava livrar-se de seu principal oponente na política territorial e sócio nas benesses políticas oferecidas pelo governo, em razão da função de preposto do agente intermediário de poder.

De qualquer modo a despeito do oportunismo do governador, vislumbra-se a construção do ambiente autoritário onde as pessoas são arremessadas e engolfadas

⁷³ Idem. Ibidem.

⁷⁴ ARENDT; Hannah. op. cit. p. 232.

⁷⁵ Jornal Amapá – n° 1267 – de 8.04.1964

*“num processo da natureza ou da história para que se acelere o seu movimento como tal, [neste sentido], só podem ser [consideradas pelo poder dominante] carrascos ou vítimas de sua lei inseparável.”*⁷⁶

A sociedade civil amapaense era extremamente incipiente. Os sindicatos, conforme os critérios paternalistas do populismo, eram profundamente tutelados e viviam na dependência do Estado. Mas nem esta situação livra-os do totalitarismo inaugurado com o golpe civil-militar. Entre as primeiras medidas do general Luiz Mendes da Silva, substituto de Terêncio Porto, destacou-se a de consolidar a intervenção em todos os sindicatos, especialmente no dos estivadores, no da construção civil e no dos arrumadores, tidos como os mais influenciados pelo comunismo. O general Luiz Mendes destituiu diretorias sindicais, sindicalistas foram investigados, suas vidas pública e privada devassadas, foram vigiados, perseguidos, detidos, presos e torturados.

Servidores públicos também foram investigados, perseguidos, demitidos, transferidos e ameaçados, culminando este processo persecutório com a criação da temida Comissão de Investigação Sumária – CIS, que possuía autorização para, indiscriminadamente, devassar o serviço público e seus componentes, à cata de atividades “subversivas e anti-militares”.⁷⁷

A referida Comissão foi inicialmente composta pelo major Washington Mascarenhas, o contabilista Benedito Pedro Paiva e o delegado de polícia Lismar Leão Cardoso. Em seu relatório de agosto, a comissão indicou e ordenou a prisão de vinte e três servidores jogados “nas masmorras da secular Fortaleza de São José pelo prazo de

⁷⁶ ARENDT; Hannah. op. cit. p. 235.

⁷⁷ SANTOS; Fernando. op. cit. p. 155

sessenta dias, sob a custódia da Guarda Territorial, que havia se tornado no Território do Amapá a presença armada e coercitiva do regime autoritário [...]”⁷⁸

Concluídos os trabalhos, a expectativa era de dissolução da CIS. Pelo contrário, foi recomposta em 08 de setembro de 1964, ganhando ares de instituição e instrumento permanente de terror de Estado, sendo agora formada pelo advogado José Rufino Ribeiro, o promotor público Edson Gomes Corrêa e o servidor aposentado Floriano D’Horta Waldeck.

*“Com base nas averiguações da CIS, o presidente Castelo Branco, dia 07 de outubro de 1964, aposentava compulsoriamente um funcionário e demitia outros vinte e cinco do serviço público, sendo vinte por improbidade administrativa de variadas intensidades e os demais acusados de ações políticas anti-militar, como foi o caso do guarda territorial José Ribeiro da Conceição, de fato um contestador ideológico que, ao eclodir o golpe militar, desapareceu da região, sendo processado à revelia.”*⁷⁹

Durante todo o ano de 1964 e até meados de 1965, o governador Luís Mendes da Silva atuou intensamente buscando reprimir radicalmente a menor manifestação de resistência ao regime instalado, de modo que, no segundo semestre de 1965, já não havia qualquer vestígio de oposição à ditadura militar. No restante de seu governo, o general Luís Mendes dedicou-se à disputa com o deputado Janary e a exercer sua veia discricionária,

⁷⁸ Idem. Ibidem

⁷⁹ Idem. p. 156

expressa no peculiar comportamento público descrito anteriormente, o que ocasionava um temor exacerbado à sua figura entre a população.

Durante o governo Ivanhoé, a oposição ao regime rearticula-se e começa a tornar-se visível. Ainda que com mérito próprio, não se pode deixar de levar em conta um certo consentimento por parte do governador na existência deste setor crítico. De qualquer modo, a oposição cresce solidamente, culminando em 1970 com a eleição do deputado Antônio Pontes, pelo MDB, e uma intensa efervescência cultural que no final do governo Ivanhoé começa a fugir do controle e a incomodar o regime.

Durante a gestão do general Ivanhoé o governo do território federal do Amapá começou a colaborar intensamente com o exército no intuito de destruir a vizinha guerrilha do Araguaia. Como resultado desta colaboração, ainda no governo Ivanhoé vários camponeses foram torturados nos acampamentos do Departamento de Estradas e Rodagens do Território para fornecerem informações de uma suposta base de apoio ao movimento guerrilheiro citado. Fernando Portela testemunha tanto o envolvimento do Governo do Território Federal do Amapá quanto a participação de soldados amapaenses na repressão ao foco guerrilheiro:

“A tortura foi sistemática. [No Amapá] como em Xambioá, cavaram-se buracos próximos ao acampamento e os homens foram pendurados de cabeça para baixo, amarrados com cordas em estacas enfiadas à beira dos buracos. Levaram empurrões, socos e choques elétricos. E havia um médico entre os ‘especializados’. Quando um homem desmaiava, recebia uma injeção para reanimar e sofrer bem consciente. [...] nessa época, um incidente abalou em definitivo as

relações exército-PM. Um sargento da PM de Goiás dirige um grupo fardado que se encontra com tropas descaracterizadas do Oiapoque, do Comando de Fronteiras de Roraima (sic). O sargento, que perdera um colega no dia anterior, num encontro com guerrilheiros, teve reflexo rápido: abriu fogo e matou um soldado do outro lado. Foi difícil evitar um massacre. Mas o exército jamais esqueceu o caso e as PM não voltaram a participar, como antes, do combate à guerrilha.”⁸⁰

Treze anos depois, o Jornal Novo Fronteira, na sua edição de 15 de maio de 1992, em uma matéria intitulada “*Cidade relembra 20 anos do Araguaia*” menciona alguns nomes de amapaenses participantes da repressão aos guerrilheiros do interior do Pará:

“O Amapá participou da repressão ao foco guerrilheiro enviando tropas do exército local para combater os chamados ‘comunistas’ de Marabá. Alguns desses soldados, hoje, se encontram adaptados à vida civil, como é o caso do contador José Paulo Ramos, atualmente funcionário do Palácio do Setentrião; do assessor de imprensa da CAESA, Juarez Dantas e do vereador Pery Arquelau, do PT, que na época era eletricista do exército.

⁸⁰ PORTELA; Fernando. Dr. Torturador in *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979. pp. 74-76.

Alguns desses amapaenses morreram em combate. Como é caso dos soldados 'Cabral' e 'Ovídio'. Este último foi morto por engano por um outro soldado, que o confundiu com um guerrilheiro. Ovídio não respondeu à senha combinada para aquele dia e acabou levando uma rajada de metralhadora."

O substituto de Ivanhoé, o capitão-de-mar-e-guerra José Lisboa Freire, não possuía o refinamento intelectual, tampouco a sensibilidade política de seu antecessor. Seu governo seria marcado pelo que foi a quintessência do regime ditatorial militar no Amapá: a "Operação Engasga" ou como popularmente ficou conhecida: "engasga-engasga". Como um complemento à narrativa do "engasga-engasga", convém relatar dois outros acontecimentos, também sintomáticos do uso que os agentes da ditadura faziam do imaginário fantástico do povo amapaense.

O primeiro: em março de 1972, um boato⁸¹ correu célere entre os estudantes e suas famílias. Em Macapá, uma mulher louca andava distribuindo gratuitamente bombons envenenados. Tratava-se de uma comunista disfarçada que tentava semear o germe da desordem social. Não é difícil perceber o impacto que esta notícia causou nas famílias dos estudantes. A polícia jamais apresentou oficialmente qualquer suspeito ou a conclusão das investigações que foram instauradas na época. Não obstante, algumas mulheres foram detidas e torturadas no submundo do aparelho repressivo.

⁸¹ Ver ELIAS; Norbert e SCOTSON; John L. op. cit. p. 20.

O louro ou a loura não é um tipo físico comum no Amapá, daí não ser uma interpretação despropositada ver nestes acontecimentos uma resistência da cultura tradicional e comunitária ao forasteiro, ao estranho que ameaça sua quietude e sua ordem. Este forasteiro poder ser, tanto uma pessoa quanto uma idéia, um valor que ameace sua estabilidade. Neste sentido, tanto a idéia do comunismo, quanto a idéia de progresso eram idéias estranhas e ameaçadoras, ou em termos ainda mais teóricos, a loura era identificada aos valores modernistas – donde tanto o comunismo, como o progressismo capitalista são originários –, em oposição aos valores tradicionais e comunitários de uma sociedade pré-moderna.

O segundo: novembro de 1972. Acalmados os ânimos da população em relação aos “bombons envenenados”, um novo boato coloca, novamente, sob tensão a sociedade amapaense. Macapá possuía na época uma única estação de tratamento de água. Segundo informações de próprios integrantes do governo territorial, um dos tanques reservatórios sofrera um atentado: havia sido contaminado com uma dose de veneno letal, capaz de matar milhares de pessoas em poucas horas, mas que, felizmente, havia sido descoberto em tempo pelas autoridades.

Novamente os comunistas foram responsabilizados. Durante a pesquisa, foram investigados os Arquivos da Companhia de Água e Esgoto do Amapá, da Polícia Civil, da Secretaria de Saúde, dos Bombeiros Militares e da Defesa Civil e nenhum documento foi encontrado que permita uma averiguação objetiva da versão oficial deste fato. Oficialmente ele nunca existiu. Mas permanece vivo na memória de quem vivenciou, em Macapá, este episódio da história amapaense e brasileira.

Era maio de 1973, algumas mulheres procuraram a Rádio Educadora São José de Macapá e a polícia para se queixarem de que haviam sido agredidas e submetidas à tentativa de estrangulamento por um homem encapuzado. Denúncias no mesmo teor foram se intensificando e, em junho, a população vivia um clima à beira do pânico e do histerismo. O clima de tensão era intensificado por estranhos cortes de energia elétrica, que coincidiam com saída de estudantes, no turno da noite, e com os ataques inexplicáveis. O jornal Resistência relata “[...] *As mães de estudantes do sexo feminino começaram ir para as portas dos colégios munidas de terçados, a fim de esperarem por suas filhas*”.⁸² De fato, nenhuma mulher chegou a ser assassinada ou gravemente ferida nestes achaques. A maioria saía com o pescoço levemente ferido, em razão da luva coberta por uma lixa grossa que era usada pelo agressor ou agressores.

Amalgamando aspectos fantásticos a tecnológicos, o imaginário popular começou a caracterizar os “engasgadores” como seres com superpoderes e superinstrumentos. Dizia-se que possuíam molas potentíssimas em seus calçados capazes de impulsioná-los a mais de 10 metros de altura, por cima dos quintais, muros e casas. Dispunham de óculos especiais que lhes permitiam uma perfeita visão noturna e substâncias que os tornavam invisíveis. O recurso a alguns mecanismos tecnológicos não deve enganar que o resultado final da composição imaginária era mágico e fantástico. Os “engasgadores” eram concebidos, em última instância, como entes dotados de poderes supra humanos, nada devendo ao panteão de entidades mitológicas que povoavam a mentalidade e a cultura da maioria dos amapaenses, tais como o “curupira”, a “matinta pereira”, a “cobra Sofia”, entre outros.

⁸² Jornal Resistência nº 12 – Ano II – Belém-PA, Maio de 1980. Reportagem de Ray Cunha.

Esta significação encontra explicação na cultura de uma sociedade pré-moderna onde os valores da comunidade e da tradição se opõe aos da modernidade, é uma cultura e um lugar onde seus habitantes concebem o espaço onde vivem como

“um lugar povoado por categorias de seres diferenciados dos seres humanos no que diz respeito à forma que os caracteriza, aos locais que circulam e aos poderes de que dispõem: o seres fantásticos (lobisomens, mula-sem-cabeça e outros), assombrações e animais domésticos. Os seres fantásticos disciplinam horários, bem como a passagem e a permanência de seres humanos em determinados locais e as categorias espaço-temporais orientam suas ações.”⁸³

Não é difícil ver nesta descrição os “engasgadores” como seres limítrofes entre o fantástico e o natural. Assim como a matinta-pereira aparece somente em horas liminares, os “engasgadores” atacam em horas liminares: ao anoitecer ou a meia-noite e em espaços liminares: quintais e lugares ermos.⁸⁴

Se por um lado os seres fantásticos guardam algo da forma humana, os “engasgadores” guardam algo da forma fantástica: capazes de saltos espetaculares e de visão super aguçada.

Saber o que de fato se passava na cabeça dos construtores da “operação engasga” é hoje impraticável pelo desconhecimento de documentos sobre o corrido e pela recusa de seus principais protagonistas em manifestar-se sobre o assunto.

⁸³ SILVA; Joana Aparecida Fernandes. Relações ecológicas e seres fantásticos. in *Revista Projeto História n° 22 – História e oralidade*. São Paulo: EDUC, junho-2001. p. 409.

⁸⁴ Ibidem. Idem. p. 413-414.

Mesmo que se considere a hipótese de terem concebido este plano como simplesmente mais um recurso de intimidação e difamação dos opositores, o fato é que ele foi re-significado pela cultura vigente, ganhando uma eficácia subordinatória decisiva para o desmantelamento da oposição à ditadura.

Com a permanência dos ataques, o ambiente de tensão transformou-se em terror onipresente. A polícia desencadeou uma intensa campanha repressiva e prendeu pelo menos 28 pessoas, não por coincidência, as mesmas – em quase sua totalidade – que haviam sido presas e torturadas nos primeiros dias de abril de 1964.

A princípio, nos meios intelectuais, as denúncias foram tomadas como mais uma expressão do imaginário fantástico que povoava a mente do homem médio amapaense da época, repleto de *matintas-pereiras*, *mães-do-lago*, *loura da estrada ou do cemitério*, *cobra-grande* etc. Porém, quando a espada repressora desandou a cair sobre suas cabeças, começaram a perceber que algo mais importante para o poder de plantão estava sendo urdido pelo regime então instalado.

É possível perceber o horror pelo qual essas pessoas passaram, a partir da lembrança de Odilardo Lima, hoje, ironicamente, delegado de polícia, e na época líder comunitário ligado à Igreja Católica e jornalista da Rádio Educadora.

Lembra Odilardo que, ainda no mês de maio de 1973, época em que trabalhava como redator da Rádio Educadora, quando saía de um dia de trabalho, ao final da tarde, foi abordado no pátio externo da emissora por uma equipe do aparelho de repressão composta pelo Tenente Josemir, por Lourival Alcântara, representante do SNI no gabinete do governador, o delegado do DOPS Espíndola e um policial conhecido como “Bolero”. Relata Odilardo: “*o tenente Josemir me disse que o secretário de segurança [José Índio Machado] queria falar comigo*”. Estranhou o convite do secretário. Intuíu que

era mentira, mas desde abril de 1964 acostumara-se a ser inesperadamente interpelado e detido pela polícia.

Odilardo Lima nem chegou a ir ao prédio da Secretaria de Segurança Pública, foi levado diretamente para a Fortaleza São José de Macapá, sem poder comunicar aos seus familiares seu paradeiro. Ao chegar à Fortaleza, um soldado olhou para as suas alpercatas e comentou: *“vejam só, é ele mesmo; olhem como os pés dele estão sujos de barro”*. Só então percebeu que estavam querendo ligá-lo às recentes agressões que vinham sendo praticadas na cidade contra as mulheres.

Segundo Odilardo, ele foi um dos primeiros presos a chegar ao porão que fica logo na entrada da Fortaleza. Logo depois foram chegando pessoas conhecidas: João Capiberibe (irmão do atual governador do Amapá); Francisco das Chagas Bezerra, o “chaguinha”, líder sindical; Jorge Fernandes Ribeiro, proprietário de uma panificadora e militante do PCB; Isnard Lima Filho e Olivar Cunha, artistas plásticos; Paul Lerrouge, professor, entre outros.

Passados dois dias da sua prisão, Odilardo recebeu a visita do bispo de Macapá, Dom José Maritano, posto que era um ativo militante da juventude católica.

“Para falar com o bispo eles me mandaram para outro prédio. Ao atravessar a ala entre o porão em que eu estava preso e o prédio seqüente, vi o delegado Antero que estava selecionando correntes e cadeados e ouvi ele comentar qualquer coisa sobre Belém. Aí não dei mais um tostão pela minha vida.”

Sem se lembrar precisamente do momento em que isto ocorreu, Odilardo recorda-se:

“Um dia chegou uma tropa da 5ª Companhia do II Batalhão de Selva do Exército. [Odilardo já servira como cabo, naquele batalhão e reconheceu o pessoal da 5ª Companhia]. Tinha um preso no gradil. Um soldado deu com o cassetete no preso que caiu no meio de nós. Então olhei e reconheci que era um soldado da 5ª Companhia. A partir daí sabia que não ia prestar mais nada. Ouvi ‘bizu’ de que iriam nos mandar para Belém. Então perdi todas as esperanças...”

No dia seguinte,

“abriram o porão e botaram todos de mãos para cima, chamando-nos de comunistas e terroristas. Aí fizeram a revista. Apertaram tanto meu saco que quase não agüento. Depois nos levaram para outra cela, aos poucos. Cinco degraus separavam o nível do solo do porão para onde fui levado. Na porta havia dois caras encapuzados. Um sujeito me empurrou e fui aparado na porrada. O Isnard Lima e o Capiberibe estavam apanhando. Apanhavam lambadas de arame, socos e pontapés, com as perguntas e os palavrões. Fui torturado durante duas horas. Depois nos manietaram com arame e corrente. Eu fui manietado com arame. Havia um caminhão do exército nos esperando. Nos jogaram lá

como se joga porco. Quando me atiraram lá, o arame começou a cortar meus pulsos. Aí eu fiquei de um jeito que não cortasse as veias. Antes disso, nós fomos encapuzados e levados para uma sala. Lembro-me que chamavam p'ro cara que estava nos interrogando de coronel. O carro nos levou até o aeroporto. Nós continuávamos encapuzados e foi lá no aeroporto que o vento levantou meu capuz e eu pude ver o caminhão e um C-47 da FAB. Eles ameaçaram jogar a gente lá de cima. No avião encontramos outros presos, estes acorrentados Mas aí que entrou o comandante do avião. Ele discutiu com o cara do Exército que havia nos levado e disse que no avião quem mandava era ele e que não iria se responsabilizar pela morte de ninguém dentro da nave. Depois mandou afrouxar o arame e tirar o capuz.”

Transferidos para Belém, os presos, entre eles uma das mulheres acusadas da distribuição de “bombons envenenados”, foram encaminhados para a Quinta Companhia de Guarda, sediada no Forte do Castelo. Levaram-lhes comida: carne em conserva, ovos, arroz e feijão.

Na primeira noite, chegou o sargento Uberdan Matos, conhecido de Odilardo, soldado na época em que o preso servira como cabo no II Batalhão de Infantaria de Selva. Odilardo diz que o sargento Uberdan aproximou-se meio desconfiado, e lhe perguntou o que tinha acontecido. “Não sei, estou nesta canoa ...” respondeu.

Pouco mais tarde surgiu um homem à paisana, que pela deferência que um dos sentinelas lhe prestou, induziu Odilardo a concluir que se tratava de um oficial. Foi justamente este homem que reiniciou as humilhações e sevícias:

“[...] mandava a gente levantar os braços, deitar, levantar... ninguém dormiu. Quando íamos cochilando eles batiam com a bota no chão de madeira. Lá pelas tantas começaram a chegar soldados curiosos que nos xingavam e afirmavam que seríamos jogados na baía de Guajará, com pedras amarradas nos pés. Eu tremia todo de puro esgotamento. O pessoal também.”

Passada uma semana da chegada a Belém, os presos foram separados. Uns ficaram no Forte do Castelo, outros foram conduzidos ao Quartel do II Batalhão de Infantaria de Selva. O critério provável para esta seleção, segundo entende Odilardo, era o grau de comprometimento com as idéias de subversão à ordem ditatorial,

“Ao que tudo indica os mais suspeitos ficaram no Forte do Castelo: eu, Alexandre, Jorge, Fernando Ribeiro, Paul Lerrouge. O Alexandre tinha sido baleado pela polícia de Macapá, dentro da casa dele, e passou mal com aquela rótula... havia mais o Capiberibe e um epilético.”

Separado o “joio do trigo”, iniciou-se um longo interrogatório que se prolongaria por vários dias,

“[...] eles insistiam em saber como foi a minha vida no Exército e diziam que as pessoas pouco comprometidas escapariam... Quem fazia as perguntas era o comandante da

V Companhia de Guardas. Ele me perguntava o que era célula, prontidão, atividades estudantis de base e sobre o meu relacionamento com o pessoal que estava preso.”

Depois de vários dias dessa intensa rotina e depois de cruzadas as informações obtidas no interrogatório com outras colhidas em Macapá e por outros meios, o pessoal militar chegou à conclusão de que aqueles infelizes não passavam de pessoas comuns sem envolvimento comunista e muito menos com os ataques às mulheres.

De tal modo que, alguns dias depois

“[...] deixaram a gente tomar banho de sol e almoçar com os soldados e daí a cinco dias nos libertaram. Um oficial moreno disse que a gente era hóspede oficial do governo e que passaríamos para os alojamentos dos soldados e que poderíamos sair a qualquer hora, mas chegar antes das 22 horas e dizer onde íamos. Começamos a sair e procurávamos passar o tempo todo fora. Ninguém tinha interesse em voltar ali. Aquilo tinha-nos deixado com os nervos sensíveis. Tomávamos cachaça no Ver-O-Peso, com peixe frito, e emprestavamos dinheiro de conhecidos nossos. Tenho um tio que ficou apavorado quando me viu. Ele é reformado da marinha e ficou com medo de ser comprometido. [...] íamos para a casa de uma parenta do Capi e telefonávamos [ao quartel] avisando que dormiríamos fora. [...] Haviam se passado 25 dias desde que chegamos em Belém até a nossa partida. Um dia chegou o

aviso p'ra gente se arrumar. Um carro do exército levou-nos para o avião, do mesmo tipo que viemos p'ra Belém, e regressamos a Macapá. Voltou todo mundo.”

Pelo menos em um aspecto os militares enganaram-se, conforme documentos internos do Partido Comunista Brasileiro, colhidos pelo Projeto Brasil Nunca Mais – e custodiados no Arquivo Edgard Leuenroth –, desde o final da década de cinquenta, Chaguinha, Alexandre, Jorge e Fernando Ribeiro eram importantes lideranças do partido no Amapá. Não por coincidência ou por serem os acusados os verdadeiros autores, os ataques dos “engasgadores” em Macapá cessaram após suas prisões. Algumas perguntas teimam em inquietar as mentes das pessoas que sofreram neste episódio: por que esta encenação? quais as razões de sua montagem? Três depoimentos prestados ao autor⁸⁵ podem, senão responder, mas desanuviar em parte estas inquietações. Ao iniciar o ano de 1972, os Territórios Federais de Roraima e Rondônia já haviam substituído suas guardas territoriais por policias militares. Condicionados à lógica da cultura discricionária, a parte mais autoritária da elite política amapaense considerava isto um demérito e um desprestígio do governo da União em relação ao Amapá.

Não havia no Amapá, ao iniciar a década de setenta, o menor vestígio de resistência organizada – e muito menos armada – contra o regime ditatorial. Os sindicatos haviam sido amordaçados, a minúscula organização do PCB desbaratada; o que se pode denominar oposição abrigava-se comportadamente no MDB, inclusive, conchavando,

⁸⁵ Dois depoimentos gravados, transcritos e autorizados pelos depoentes. Um, do Chefe de Polícia da Secretaria de Segurança Pública, na gestão de Índio Machado, o hoje promotor público aposentado e advogado, Adamor de Sousa Oliveira. Outro, do Major Onotônio, da Polícia Militar de Alagoas, na época do ocorrido, tenente do Exército em Oiapoque, e assessor de Índio Machado. Mais um depoimento gravado, mas não autorizado pelo depoente, um importante policial na época e da extrema confiança do então secretário de segurança.

eventualmente, com o governo territorial – veja-se o caso da eleição de Antônio Pontes –, portanto, nada que indicasse a mínima ameaça ao *status quo*.

Contudo, parte da elite – mais diretamente ligada ao aparelho repressivo – entendia que a Guarda Territorial não atendia mais à organização, à cientificidade e à profissionalização necessária para uma moderna ação coercitiva.

A polícia militar, modelo de policiamento recém instalado pela ditadura, vinha a calhar perfeitamente aos anseios deste segmento. Porém, aos olhos do regime e mesmo da resistência armada, a ditadura no Amapá não figurava como uma preocupação de primeira ordem que exigisse uma atenção e mobilização material significativa.

Era necessário chamar, de algum modo, a atenção do centro de poder ditatorial para o “perigoso” Amapá. Foi então que, por volta de fevereiro de 1972, um plano começou a ser urdido no gabinete do secretário de segurança, coronel Índio Machado, assessorado por alguns oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Um surinamês chamado Gerard Leclerc, procurado pela polícia de seu país, havia se instalado clandestinamente em Macapá. A equipe do secretário de segurança, de posse desta informação, conduziu o estrangeiro até o próprio secretário, que lhe propôs o seguinte: considerando a clandestinidade a que estava submetido, eram-lhe oferecidas duas alternativas: ser deportado ou realizar um “serviço sujo” com proteção da polícia amapaense.

Foi assim que Gerard Leclerc – sob a proteção dos oficiais da polícia militar paranaense que assessoravam o secretário de segurança e de alguns policiais amapaenses – vestindo sempre roupas escuras, uma luva especialmente preparada com uma lixa na palma, do final da tarde até meia-noite desandava a atacar mulheres indefesas nas ruas escuras de Macapá, no início do ano de 1973.

É tentador imputar a simplicidade deste plano à falta de inteligência dos agentes da ditadura. Nada mais falso. Estudiosos como Wilhelm Reich, Hannah Arendt, Tzvetan Todorov, Denis Rosenfield, entre muitos outros, já demonstraram como a lógica do terror de Estado brutaliza homem médio, transforma o mundo em irrealidade, em um ambiente onírico onde tudo é possível e onde tudo deve ser aceito e concebido como verdade, desde que provenha do Estado e de seus agentes.

Para concluir este capítulo e conseqüentemente esta breve exposição das relações que o homem comum estabelece ou se submete em uma sociedade totalitária, pede-se permissão para uma longa citação de Hannah Arendt que além de uma genial estudiosa do poder totalitário viveu e sofreu no âmago de uma sociedade deste tipo:

“O governo totalitário só se sente seguro na medida em que pode mobilizar a própria força da vontade do homem para força-lo a mergulhar naquele gigantesco movimento da História ou da Natureza que supostamente usa a humanidade como material e ignora nascimento ou morte. Por um lado, a compulsão do terror total que, com seu cinturão de ferro, comprime as massas de homens isolados umas contra as outras e lhes dá apoio num mundo que para elas se tornou em deserto; e, por outro lado, a força auto-coercitiva de dedução lógica, que prepara cada indivíduo em seu isolamento solitário contra todos os outros – correspondem uma à outra e precisam uma da outra para acionar o movimento dominado pelo terror e conservá-lo em atividade [...] o preparo triunfa quando as pessoas perdem

*contato com seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois juntamente com esses contatos os homens perdem a capacidade de sentir e pensar”.*⁸⁶

Um mundo onde ficção e realidade tem as fronteiras radicalmente diluídas, onde pesadelo e vida se confundem. Quando se depara com o medo sempre presente, o incentivo governamental à delação, a radical transgressão da lei pelo próprio Estado, a desconsideração pela condição humana, a vigência cotidiana da tortura, da ameaça e da admoestação fica difícil identificar diferenças significativas entre ditadura e totalitarismo, como faz por exemplo Hannah Arendt⁸⁷. Quando esta pensadora descreve um governo totalitário – como no trecho supra citado –, não há como não identificá-lo com o Brasil inaugurado em 31 de março de 1964. Também confrontados com tal identificação não há como não reconhecer, perante a evidência da realidade, que, a diferenciação entre totalitarismo e ditadura é mais uma questão teórica colocada por terra diante da vida.

⁸⁶ ARENDT; Hannah. op. cit. p. 242

⁸⁷ Idem. Ibidem. passim.

CAPÍTULO III – O CENÁRIO DO MEDO

“não há esperança sem medo, nem medo sem esperança.”

Marilena Chauí

Na primeira semana do mês de abril de 1964, Macapá vivia mais um de seus pacatos dias, quando entre 03 e 04 de abril a notícia da sublevação militar veio a ser confirmada. No Amapá, até então, não era conhecido um adepto sequer da idéia de desestabilização do governo João Goulart. Fernando Santos a este respeito dizia:

“A instalação do governo militar expôs definitiva e abertamente a hipocrisia política dos militantes partidários e dirigentes amapaenses. Ninguém havia mais apoiado as diretrizes goularistas e todos se consideravam revolucionários, havendo acusações de oportunismo e demagogismo, todavia, com eles buscando dar demonstrações públicas de apoio ao governo autoritário que se instalava.”⁸⁸

Portanto, os primeiros a ficar em polvorosa com a confirmação da vitória do movimento militar foram as lideranças políticas que, desnordeadas, não sabiam como agir. Percebendo a lógica do novo regime e buscando a sua simpatia, os gestores do

⁸⁸ SANTOS; Fernando. op. cit. p. 148.

Território Federal do Amapá passaram a prender indiscriminadamente seguidores das “idéias subversivas” de João Goulart. É assim que, ao iniciar a segunda semana de abril, algumas famílias amapaenses viram seus filhos desaparecerem nas masmorras da Fortaleza São José de Macapá. E a vida, que até então transcorria tranqüilamente, transforma-se em um clima onipresente de insegurança e medo das poderosas e imprevisíveis mãos da repressão.

A partir de então, a Fortaleza São José de Macapá torna-se o que será durante todo o período ditatorial: símbolo e ícone do medo. Os procedimentos judiciais, já desprezados na normalidade democrática, são rotineiramente transgredidos.

Durante todo o ano de 1964, a elite amapaense, buscando adequar-se ao novo quadro político e capitaneada inicialmente por Terêncio Porto e depois pelo general Luís Mendes da Silva, dissemina o terror sob as mais diversas modalidades: demissões, deportações administrativas para o interior do Território, indiciamentos, ameaças, prisões, agressões, vigilância indiscriminada, torturas. O medo generalizado é o sentimento que melhor define o comportamento do cidadão amapaense.

Jean Delumeau concebe o medo como um elemento inerente à natureza humana, mesmo que, em cada época, cada sociedade possua uma sensibilidade específica em relação ao medo, ele é *“inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte”*.⁸⁹

Na mesma ótica, em seu trabalho *“Sobre o medo”*⁹⁰, Marilena Chauí discute este sentimento sob perspectiva filosófica e de sua imanência à natureza humana, no

⁸⁹ DELEMEAU; Jean. *História do medo no ocidente – 1300/1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁹⁰ CHAUI; Marilena. *Sobre o medo*. in *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

entanto, ressaltando as diversas faces que a cultura e história oferecem a esta paixão. Como um sentimento universal, comum – indistintamente – a todos os homens, é característica estrutural da sociedade burguesa,

“De fato, nas sociedades aristocráticas, o medo sempre foi articulado à covardia, diante dos perigos da guerra, e contraposto à coragem, como virtude própria dos guerreiros, ou seja, da aristocracia. O medo, vício dos covardes, aparecia como algo excepcional e vergonhoso entre os aristocratas, mas como algo natural e essencial à plebe. O advento da sociedade burguesa introduz a mudança de valores éticos e sociais, transformando também a maneira de definir e de localizar o medo, que deixa de ser vício característico da plebe para tornar-se um sentimento comum a todos os homens.

A distinção anterior entre virtudes e vícios dos grandes e virtudes e vícios dos pequenos vai se apagando e surge em seu lugar a imagem dos indivíduos iguais, sujeitos por natureza às mesmas paixões, capazes dos mesmos vícios e virtudes.”⁹¹

Ainda que nas sociedades burguesas o medo seja uma paixão comum a todos os homens e a todas as classes, não há como negar que em determinadas formas políticas destas sociedades, ele não apenas é um sentimento comum a todos os homens,

⁹¹ CHAUI; Marilena. Direitos humanos e medo. in *Direitos humanos e ...* São Paulo: Brasiliense, 1989. P.15

como também onipresente. Esta onipresença estabelece-se por uma determinada maneira do exercício do poder político, que tem o terror como elemento basilar de sua prática. Um estado organizado nestes termos pressupõe uma radical atrofia, senão a própria supressão do espaço público como *“relação entre os [...] indivíduos, que se reconhecem como capazes de propor alternativas diferentes daquelas emanadas do Estado.”*⁹² Denis Rosenfield – citado por Tarso Genro – diz que:

*“O encolhimento do espaço público tem lugar no momento em que um discurso não admite questionamentos referentes às suas formas de argumentação e aos princípios sobre os quais se assentam [...] não solicita, pois, uma verificação dos seus pressupostos em uma conformação com os fatos, mas ao contrário, tem a pretensão de ser a única forma de dar razão do que existe.”*⁹³

Dada a pluralidade imanente às sociedades contemporâneas, tal postura somente pode sustentar-se na base de uma coerção absoluta e permanente sobre os reais e imaginados transgressores da ordem estabelecida. Os indivíduos vivem permanentemente sob ameaça da espada estatal.

Nas palavras de Tarso Genro:

“A necessidade de coerência absoluta do Estado Terrorista produz uma racionalidade puramente formal. Ela é, porém, concreta irracionalidade, já que os homens não decidem

⁹² GENRO; Tarso. Terror e Estado: uma crítica preliminar para a retomada do humanismo. in *Revista Teoria e Política n 13*. São Paulo: Brasil Debates, 1990. pp. 33.

⁹³ Idem. p. 37.

pelo movimento da sua interioridade (mediada ou não pela sua sociabilidade originária), ao contrário, as suas 'mudanças' de atitudes perante os outros e perante o Estado não espelham decisões, mas conexões justapostas por potências totalmente exteriores: a sobrevivência física passa a ser o enfrentamento diário, o que torna o indivíduo cada vez, mais irreal."⁹⁴ (ênfase do autor citado)

O cotidiano das pessoas submete-se visceralmente a esta lógica, tornando a vida um metamorfosear constante e onírico e

"esta irrealidade acabará por mergulhar o mundo numa atmosfera de sonho, ou melhor, de pesadelo violento, porque o preço da manutenção da coerência, da transferência é a 'retificação' cotidiana de uma realidade demasiadamente indócil, uma retificação que se realiza pelo terror."⁹⁵

O clima psicossocial no Amapá nesse período é expresso do seguinte modo por um de seus protagonistas⁹⁶:

"[...] de uma hora para outra passamos a viver em um permanente estado de medo ... pânico ... sei lá... é como um pânico contido ... o coração sempre aos saltos por qualquer coisa. Já não dava para ir ao cinema tranqüilo. Não

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ VETO; Miklos. Coerência e terror: introdução à filosofia de Hannah Arendt. in *Revista Filosofia e Política* n° 5. Porto Alegre: L&PM Editores, 1989. P 81. Citado por Tarso Genro. op. cit. p. 37.

⁹⁶ Entrevista concedida ao autor pelo artista plástico Olivar Cunha, em 28 de setembro de 2000.

podíamos nos reunir p'ra tomar cachaça que lá aparecia o delegado Uchôa ou o 'Calo Seco' para nos intimidar.

Tinha gente que saía p'ro trabalho com medo. Medo de perder o emprego por alguma acusação. [...] é, tinha dedo duro em todo lugar. Nem na igreja a gente podia se reunir, senão lá vinha um e dizia que era conspiração. Cantar era subversão, pintar era subversão, reunir era subversão, beber era subversão, rir era subversão, até peidar era subversão.”

Uma testemunha insuspeita do estado de ânimo típico dos primeiros dias do golpe militar revela o tipo de intimidação que sofreu a sociedade amapaense:

“Quando foi declarado(sic) a revolução de 64 em Macapá veio com toda a força, ocorreram muitos casos de perseguição. Lembro de um que fizeram a um professor – não tenho nome – caminhou pelas ruas com uma máquina de escrever na cabeça gritando ‘eu sou ladrão, eu sou ladrão’, isso é claro depois de muita coação.”⁹⁷

Verifica-se que a configuração do medo é elaborada pela cultura local através das instituições estabelecidas, entendendo-se instituição⁹⁸ como uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e relações variadas

⁹⁷ Entrevista do guarda territorial aposentado Antônio Fernando Barata Monteiro concedida a Hermano Benedito Pinto de Araújo e Jocinildo Batista Moura, em 19 de agosto de 1995.

⁹⁸ CASTORIADIS; Cornélius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

um componente funcional e outro imaginário⁹⁹, entendendo-se, por sua vez, imaginário¹⁰⁰ como uma mudança de sentido, onde os jogos de símbolos social e individualmente disponíveis são investidos de outras significações que não as consideradas “normais” pelo poder social hegemônico.¹⁰¹

Foram basicamente assim os poucos dias do governo ditatorial de Terêncio Porto e os três anos do governo Luís Mendes da Silva. Com sua substituição pelo General Ivanhoé, a violenta repressão abrandou-se, mas de modo algum extinguiu-se. O medo ainda era o sentimento presente cotidianamente no amapaense comum. Isto é tão patente que o Jornal Voz Católica, analisando a conjuntura política nacional e internacional, às vésperas do comemoradíssimo dia da bandeira, em 14 de novembro de 1970 desabafa “[...] *em matéria de medo, então, nós os amapaenses com facilidade ganharemos o primeiro lugar [...]*”.

Diga-se que o Jornal Voz Católica, a despeito de sua vinculação com a Igreja, e o Jornal Folha do Povo eram os lugares onde meio taciturnamente abrigavam-se os opositores, não exatamente ao regime ditatorial, mas ao governo local.

Deve-se ressaltar que o papel da igreja durante o golpe militar não foi monolítico.¹⁰² Havia setores que apoiavam o regime, especialmente os clérigos de hierarquia superior e os que eram flagrantemente simpáticos e até militantes da resistência à ditadura militar.

No entanto, mesmo os setores que apoiavam o regime – em nome da ética cristã de respeito à vida –, chegaram a proteger opositores da ditadura que corriam risco de

⁹⁹ Idem. p. 159

¹⁰⁰ FRANÇA; Fernando César Teixeira. *Criação e dialética: o pensamento histórico-político de Cornélius Castoriadis*. São Paulo: EDUSP: Brasiliense, 1996. (Coleção Oficina de Filosofia v. 1). passim.

¹⁰¹ CASTORIADIS; Cornélius. op. cit. p. 154

¹⁰² TANGERINO; Márcio. *Política na igreja do Brasil*. Campinas-SP: Alínea, 1997.

assassinato ou de danos físicos. De maneira que não se pode falar de uma prática política da igreja, mas de práticas políticas, e mesmos estas práticas não devem ser abordadas apenas na perspectiva de um engajamento ideológico pró ou contra a ditadura. Não se deve esquecer que, ainda que dialogando com este ou aquele engajamento, acima da posição adotada, há o engajamento religioso e o respeito a moralidade e a ética decorrente desta escolha de vida que, de certo modo, antecede a própria opção política dos clérigos.¹⁰³

De modo que, como o Jornal Voz Católica possuía uma retaguarda institucional poderosa, pouco foi intimidado nos primeiros anos da ditadura. Já o Jornal Folha do Povo não teve a mesma sorte: no dia 07 de abril de 1964 seus dirigentes foram presos e o jornal fechado sob acusação de “subversão comunista”, acusação esta absolutamente distante do ideário daquele semanário, como se pode constatar pela própria narrativa do ocorrido, realizada pelo jornal:

“Tão logo estourou o vitorioso movimento revolucionário que conseguiu alijar do poder os comunistas, o então Governador TP, cercado por uma falange de bajuladores e por ela aconselhado, investiu contra o seu pior inimigo “FOLHA DO POVO”.

Enviou ordens para que os dirigentes do nosso jornal fossem presos e enviados as masmorras da [ilegível] e histórica Fortaleza de São José de Macapá. Acusava-nos o ex-títtere de comunistas! Queria-nos incomunicáveis, ‘fichados’ como bolchevistas, quando, na realidade o que

¹⁰³ TANGERINO; Márcio. *Os impasses da prática política da igreja popular*. Campinas-SP: Alínea, 1998.

ele tinha era medo, temor. O bravo militar Charone cometeu a sua primeira 'rebelião', não cumprindo aquelas ordens absurdas. Pelo contrário, tratou-nos com toda deferência, pois conhecia de sobra a nossa têmpera de inimigos acérrimos do comunismo.”¹⁰⁴

O jornalista do Folha do Povo, José Araguaiano de Mont'Alverne, relata assim o instante do empastelamento do seu jornal:

“ [...] Nesse momento lá chegando soube que o governador havia baixado intervenção no jornal, sendo nomeado interventor José Alves. Havia guardas com metralhadoras tomando conta do jornal.”¹⁰⁵

Sob a relativa distensão do governo Ivanhoé, as manifestações artísticas e políticas eram permitidas, desde que não manifestassem indícios de autonomia e crítica à ordem vigente, neste sentido, eram rigorosamente vigiadas e controladas.

Seguindo a tônica nacional, no Amapá, os Festivais de Música eram momentos de extravasamento da criatividade reprimida pelo *establishment*, criatividade esta expressa em comportamentos, roupas, composições musicais e outras formas de arte, por isso, as autoridades empenhavam-se mais intensamente no seu controle e repressão ao que arbitrariamente consideravam subversivo.

¹⁰⁴ Jornal Folha do Povo, de 20 de maio de 1964.

¹⁰⁵ Entrevista concedida a Hermano Benedito Pinto de Araújo e Jocinildo Batista Moura, em 02 de setembro de 1995.

Considerando a ausência da televisão e de jornais de circulação nacional, no Amapá a integração dos intelectuais e artistas à vigorosa ebulição cultural que vivia o país ocorria sobretudo através do rádio. As notícias, as novas idéias, as novas estéticas, os novos ritmos chegavam pelo rádio e eram então re-elaborados a partir da cultura amapaense. Fernando Canto definiu assim estes momentos:

*“Em Macapá os festivais continuavam. O povo continuava tenso. O medo tomava conta de todos e, sob uma censura rígida, as músicas eram de letras mais comedidas e mais líricas que de participação social.”*¹⁰⁶

O medo, de tão presente e constante, passou a fazer parte da vida das pessoas. Já não era percebido como algo estranho e ameaçador, mas como um inconveniente que é preciso driblar para continuar vivendo. Contudo, durante o ano de 1973, mais precisamente a partir de maio, o medo onipresente e conhecido transforma-se em terror coletivo. A onda de ataques a mulheres indefesas, o “engasga-engasga”, dissemina o pânico por todas as camadas sociais.

Fernando Canto, uma das vítimas do aparelho repressivo nesta época, comenta:

“Duas noites antes à minha prisão, estava na praça São Benedito, onde escutei alguns comentários a respeito de um ‘grupo de subversivos’ que estava causando pânico na cidade, mais exatamente no bairro do Buritizal. A notícia foi aceita com ironia, pois pensei que se tratava de algum

¹⁰⁶ CANTO; Fernando. *Telas e Quintais*. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987. p. 50.

marginal tentando estrangular alguém, num assalto, ou coisa de simples briga.”¹⁰⁷

Não era uma simples briga. Era uma imensa, uma descomunal briga que acabaria por levar de roldão o próprio Fernando Canto:

“Nesta altura o pânico já se generalizara na cidade, inclusive pelos constantes anúncios na então Rádio Difusora, emitidos por ordem do Secretário de Segurança, coronel Índio Machado.

Os anúncios diziam para a população se tranqüilizar que a polícia estava tomando providência para proteger a população. Era a alienação total.

Lembro que meu pai preparou um cacete de massaranduba para proteger-nos. Parecia uma clava de guerra do tempo das cruzadas.”¹⁰⁸

O clima de medo intenso era reforçado por inexplicáveis cortes de energia elétrica – até hoje sem explicação técnica convincente –, coincidentemente no horário noturno de saída dos estudantes. *“as mães de estudantes do sexo feminino começaram a ir para as portas dos colégios munidas de terçados, a fim de esperarem por suas filhas”.*¹⁰⁹

Assim Macapá viveu durante todo o ano de 1973, e sob o manto do terror dezenas de pessoas tiveram suas casas invadidas, foram presas e torturadas. Uma aura¹¹⁰ intensa e permanente de insegurança e de medo engendrava por toda a sociedade a apatia e

¹⁰⁷ Jornal Resistência. Ano II, nº 12 – maio de 1980. p.08.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Jornal Resistência. Ano II, nº 12 – maio de 1980. p.07.

¹¹⁰ no sentido psicanalítico de um ambiente psicológico ocasionado por um acontecimento exterior.

a submissão, mas também alimentava o desejo de resistir e a esperança de uma outra ordem social, mais humana e democrática. É com as devidas adequações bem aquilo que, sob a influência de Marilena Chauí, Luci Gati Pietrocolla¹¹¹ via sob a perspectiva individual no período histórico em estudo:

“[...] é da conexão entre medo e esperança que nasce a alegria funcionando como sentimento perseverador do eu. Se a perseguição, como produto do Estado Autoritário, alimenta um medo pré-existente (porque próprio da natureza humana), a esperança, embutida nele, delinea o futuro. E nesta direção, se o medo, ou seja a paixão for o sentimento que favoreça o desenvolvimento da resistência será, ao mesmo tempo, o sentimento que poderá engendrar a servidão” (ênfase da autora)

Pois no caso do Amapá a perseguição também criou a sua resistência, evidentemente, dadas as peculiaridades da sua estrutura social, uma resistência quase sempre não aberta e evidente, desarmada e desorganizada, dissimulada e sub-reptícia, astuta e fugidia como será visto no próximo capítulo.

¹¹¹ PIETROCOLLA; Luci Gati. op. cit. pp.103-104

CAPÍTULO IV – O CENÁRIO DA RESISTÊNCIA

“Abençoados os que dizem não, porque deles deveria ser o reino da Terra. Deveria, disseste. O condicional foi deliberado, o reino da Terra é dos que têm o talento de pôr o não ao serviço do sim, ou que, tendo sido autores de um não, rapidamente o liquidam para instaurarem um sim.”

José Saramago

A cidade de Macapá catalisava as forças sociais e políticas existentes no Território Federal do Amapá. Sua pequena população, sua estrutura cultural, social e política não permitiam o florescimento de uma resistência explícita e organizada contra a ditadura militar, a mais ínfima manifestação nestas condições estaria fadada a um imediato esfacelamento, dada a impossibilidade de anonimato e, por conseqüência, de organização política nos moldes em voga nos centros definidores do poder nacional.

No entanto, esta aparência provinciana, pacata, ordeira e submissa da sociedade amapaense escondeu uma resistência que teve seus momentos de claro enfrentamento, de organização, mas que foi, sobretudo, uma resistência molecular e às escondidas, disfarçada de molecagem, de arte, de músicas, de silêncios, de recusas e afirmações, uma resistência nem sempre consciente, porém indicativa de uma luta de indivíduos e grupos para sobreviverem livres e autônomos em uma condição opressiva e castradora.

Hector Hernan Brüt¹¹² em idéias elaboradas para uma crítica geral da historiografia latino-americana, mas que se entende perfeitamente adaptável ao caso do Amapá entende resistência como toda e qualquer forma de manifestação de inconformismo, de não aceitação de um determinado *status quo* social; resistência esta que pode se configurar social e individualmente desde o assassinato, a guerrilha, até a sátira, o suicídio e o silêncio¹¹³.

Uma expressão do olhar para a resistência que se efetuará neste capítulo foi inspirada naquele que Marilena Chauí¹¹⁴ dirigiu ao “dia da amnésia”, levada a cabo pelos operários da COSIPA, nos anos 70, ou de outro modo, buscar-se-á enxergar a subversão de valores dominantes pelos subalternos, ao impingir àqueles valores sentido inesperado, crítico e resistente à ordem estabelecida.

Ainda que não se mergulhe na rica aventura psicanalítica, sociológica e etimológica que Flávia Schilling faz sobre a palavra, resistência tem um sentido imediato de “*opor-se, fazer face, fazer frente, defender-se, recusar-se negar-se, não sucumbir, sobreviver, subsistir, durar, conservar-se ...*”¹¹⁵, portanto, importa em atitudes e ações que vão muito além da explícita e física oposição ao *status quo*, ou, como Luci Gati Pietrocolla, reinterpretando Flávia Schilling: resistência é “*inventiva, móvel, produtiva (cria dizendo*

¹¹² BRUIT; Hector Hernan. América Latina: quinhentos anos entre a resistência e a revolução – in *Revista Brasileira de História* n° 20 – São Paulo : Marco Zero: FAPESP: CNPq: ANPUH, 1990.

¹¹³ BRUIT; Hector Hernan. op. cit. p. 154.

¹¹⁴ CHAUI; Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pp. 44-45.

¹¹⁵ SCHILLING; Flávia Inês. *Estudos sobre resistência*. Dissertação de mestrado apresentada junto à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, em junho de 1991. pp. 16-23.

'sim', 'não', não é apenas reação), vem de 'baixo', é molecular, descentralizada, sem lugares privilegiados." ¹¹⁶

Enfim, buscar-se-á nesta pesquisa um olhar não apenas para as formas típicas e evidentes de resistência, mas também – e principalmente – para aquelas social e psicologicamente sub-reptícias, subterrâneas, como por exemplo, o humor, a paródia, a mentira, a abstinência, iconoclastia e o silêncio. Em sentido oposto, a subordinação como viu-se no primeiro capítulo é entendida como adesão social e individual voluntária ou compulsória às idéias e valores da dominação, ou de outro modo, a inércia, a não resistência à ordem dominante.

Em meados do segundo mês após o golpe, mais precisamente em 12 de maio, têm-se a primeira manifestação de resistência à lógica ditatorial, explodiu uma rebelião na Guarda Territorial que se recusou a cumprir ordens de prisão emanadas pelo governador Terêncio Porto.

Hélio Penafort, cronista do Amapá, descreve assim os primeiros momentos do levante da Guarda Territorial:

“Foi pelos meses de abril/maio de 1964, plena época pós-revolucionária, que o então Território do Amapá viveu dias de agitação em consequência de um levante recheado de lances melodramáticos. O ponto culminante foi quando a Guarda Territorial (atual Polícia Militar), comandada pelo Tenente Uadih Charone, rebelou-se contra o governador,

¹¹⁶ PIETROCOLLA; Luci Gati. *Anos 60/70: o viver entre parênteses: a perseguição política aos revolucionários e sua famílias*. Tese de doutoramento apresentada junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Sociologia, 1995.

chegando ao ponto de ensaiar um cerco à Residência Governamental, onde todo o primeiro escalão estava em permanente e solidária vigília.”¹¹⁷

A rebelião começou a ser construída quando Terêncio Porto elegeu como objetos de repressão os jornais “Folha do Povo” e “Voz Católica”, eleição esta movida por dois critérios: o primeiro para mostrar-se um típico partidário do golpe militar e salvar seu cargo; o outro, desarticular os dois focos de crítica à sua administração.

Considerando o poder que tinha a Igreja Católica em uma sociedade tradicional e pré-moderna, o Governador Terêncio Porto foi brando em sua medida repressiva contra o órgão de imprensa da prelazia de Macapá:

“Para a ‘Voz Católica’ foi designado um censor, o professor Antônio Munhoz Lopes, que, numa inexplicável falta de atenção, concordava que o jornal circulasse com uma tarja preta ao lado do título, onde se lia ‘Edição Censurada’. Disse inexplicável, mas, hoje, compreende-se melhor a complacência de Munhoz. Sua sensibilidade e o seu espírito liberal absolutamente não combinavam com tarefas dessa natureza.”¹¹⁸

Contudo, contra a “Folha do Povo”, o governador desencadeou severa repressão: a violência, a perseguição e a prisão, que tomaram, inicialmente, a forma de rigorosa intervenção:

¹¹⁷ PENAFORT; Hélio. *Amapaisagem*. Macapá: Imprensa Oficial, 1992. P. 50.

¹¹⁸ Idem. *Ibidem*.

“[...] o interventor foi o delegado de polícia José Alves, um advogado pernambucano um tanto simplório. José Aragarino, que escrevia para o jornal e estava na mira do governador, logo observou que tal intervenção não viera através de ato oficial. Foi determinada verbalmente. Pensou, então, num jeito de caracterizar o arbítrio em qualquer documento que fosse, para defesa posterior. Valeu-se, inteligentemente, do depoimento que prestava juntamente com o jornalista Amaury Farias, redator-chefe e o empresário Leopoldo Teixeira (figura bastante estimada na cidade, onde era conhecido apenas por Teixeirainha) e engatilhou três perguntas ao interventor que o escrivão Olavo da Veiga Cabral, ingenuamente, colocou no papel. ‘Por que nós estamos sob regime de intervenção?’ – primeira. ‘Não sei’, respondeu o delegado, acrescentando em seguida: ‘acho que foi alguma coisa que vocês fizeram ao governador’. Com isto, Aragarino conseguiu que ficasse documentada a intervenção. A segunda pergunta: ‘Está o governador Terêncio Porto em condições de fazer esta intervenção, tendo sido integrante de um governo que caiu e ao qual estava solidário até os últimos instantes?’. Resposta do Delegado: ‘Sim, porque ele ainda é o governador’. Com esta resposta ficava, então, provada a solidariedade de Terêncio Porto a Jango. Finalmente,

Araguarino indagou: 'O senhor deseja fazer uma devassa em nossas gavetas e arquivos?'. Nesse ponto a bobeação do interventor foi além do limite: 'Não, porque essa devassa já foi feita pela manhã e não encontramos absolutamente nada, que viesse de encontro às leis do País'. Isto deixou claro(sic) a inocência dos FOLHEIROS.' ”¹¹⁹

A despeito da inverossimilhança desta narrativa, ocorreu, de fato, a intervenção e os jornalistas e proprietários da “Folha do Povo” foram perseguidos e presos no curso destes acontecimentos. O primeiro a ser preso foi Teixeira, incumbido de levar uma cópia do depoimento acima citado a Belém do Pará e entregá-la ao major Jarbas Passarinho, principal coordenador do golpe militar na Amazônia. Identificado ainda no avião que se deslocava para a vizinha capital, foi detido nas dependências da Base Aérea de Belém, liberado logo em seguida, mas preso novamente por forças policiais do Território.

Amaury Farias e José Aragarino buscavam a todo custo fugir da perseguição imposta pelo governador, que por fim decidiu ordenar ao chefe da Guarda Territorial que mobilizasse todas as suas forças para a captura dos fugitivos. Amigo de longa data de Amaury Farias, Uadih Charone decidiu não obedecer à ordem do governador e então aquartelou-se na Fortaleza São José de Macapá. O próprio Amaury Farias narra assim o acontecido:

“[...] depois de ter liberado o Alceu, o governador manda prender eu e o Aragarino. Porém Charone não fez recolhimento no xadrez deixou-nos livre numa sala ... sim!

¹¹⁹ Idem. p. 51.

Éramos irmão de maçonaria, um irmão conhece o outro, depois nos liberou.”¹²⁰

A biografia de Uadih Charone, até a eclosão deste episódio, não era propriamente de um *outsider*. Exercera cargos importantes em governos anteriores e era figura importante no governo de Terêncio Porto; por outro lado, entendia-se perfeitamente com a linha de atuação da ditadura militar.

Neste contexto emerge uma inquietação: o que levou o chefe do pequeno aparato policial do território a rebelar-se contra um poder do qual fazia parte e de que tinha a consciência que lhe era superior? Com certeza não foi nenhuma veleidade política maior, um último bastião de democracia em uma nascente ditadura. A quartelada de Uadih Charone talvez tenha sido um dos últimos suspiros de uma sociedade onde os valores da afetividade, a vizinhança e as relações interpessoais sobrepunham-se aos valores da modernidade, da impessoalidade e das relações públicas.

Uadih Charone preferiu perder uma respeitável posição social conquistada árdua e longamente em serviços prestados aos dirigentes do Território a prender injustamente um amigo; preferiu a amizade e o afeto ao cargo e consideração dos governantes.

Um outro olhar possível para esta pequena revolta está em perceber que os sistemas políticos não apenas se inserem nas macro relações sociais, mas também, e profundamente, imiscuem-se nas micro, nas pequenas e cotidianas relações de afeto e presença.

¹²⁰ Entrevista concedida no dia 16 de setembro de 1995 a Hermano Benedito Pinto de Araújo e Jocinildo Batista de Moura.

Não se trata aqui e nem esta é a oportunidade de se aprofundar no estudo das teias sociais entre a família, a amizade e o macro poder. Grandes pensadores da estatura de um Foucault já chamaram há muito a atenção sobre esta dimensão. Trata-se, sim, de lembrar que:

*“A Alteração das possibilidades de vivência de sentimentos inscritos no campo afetivo e próprios da vida familiar traz à luz não somente novas formas de violências geradas pelos sistemas políticos, como permite refletir sobre as estratégias de sobrevivência e reelaboração de sentimentos, mesmo em estados de excepcionalidade.”*¹²¹

Seja como for, um enfrentamento assim tão explícito e aberto como foi a rebelião de Uadih Charone, não mais se viu no curso do regime ditatorial militar, pelo menos até 1974. De um modo geral, as resistências eram guerrilheiras – não em um sentido militar – que se efetivavam sorrateiramente por desconhecidos que, em rápidas estocadas, ferroavam o poder estabelecido e desapareciam literalmente nas selvas da cidade de Macapá e simbolicamente nas selvas da cultura comunitária e tradicional.

Foi assim que um grupo de jovens estudantes fustigou a paciência dos senhores do poder amapaense com atos qualificados como vandalismo por estes e de iconoclastas pelos seus autores. Saíam os jovens, quase sempre à noite, de bicicletas, para quebrar placas de sinalização, lâmpadas da iluminação pública, apedrejar órgãos públicos, depredar veículos de autoridades, entre outros atos que, de fato, até poderiam inscrever-se como atos irresponsáveis de molecagem inconseqüente, não fossem sistemáticos e

¹²¹ PIETROCOLLA; Luci Gati. op. cit. p. 12.

praticados conscientemente como atos de afrontamento ao poder estabelecido. Veja-se o depoimento de um dos membros desses grupos:

“[...] a gente se reunia na JOT [Juventude Oratoriana do Trem] em uma sala da paróquia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição [...] éramos supervisionados pelo Padre Vitório Galianni que apesar de descontente com a situação brasileira preferia e até nos aconselhava a se preocupar com o futebol, esportes e lazer, mas fechava os olhos quando discutíamos aqui e ali alguma coisa de política. Não propriamente de política, mas a gente gostava de rock, jovem guarda, Beatles, Elvis, cachaça, calça boca de sino, cabelos grandes e a polícia, especialmente, o delegado Oscar que era magrinho e enrugado e apelidamos ele de ‘calo seco’ e o delegado Uchôa perseguiram a gente sem que, nem porque. Um dia decidimos aprontar. Quebrar placa de rua, lâmpadas de poste e apedrejar a central de polícia que ficava ali onde é o BANAP [Banco do Estado do Amapá] hoje. Saíamos pelo menos uma vez por semana para estas incursões até a nossa proeza máxima que foi quebrar todas as lâmpadas da pista do aeroporto. A coisa repercutiu muito e decidimos parar com aquilo [...]”¹²²

¹²² Entrevista de Raimundo Simões Nobre, concedida ao autor em 23 de fevereiro de 2000.

De fato incomodou tanto que o Governador Ivanhoé Gonçalves Martins, em seu tradicional discurso de 1º de maio, publicado no Jornal Novo Amapá, de 30 de abril de 1971, deixou transparecer o incômodo do poder com aqueles atos:

“Há uma esperança nacional do Brasil de hoje para com a mocidade. Mocidade patriótica e de bem. Não a mocidade que alguns quiseram subverter neste TFA, tendo contaminado alguns estudantes que foram presos em Belém como agitadores, integrados em células terroristas.

Por ter essa esperança, não posso crer, não posso crer sinceramente, que aos estudantes do Território cabe a responsabilidade no vandalismo que por vezes se pratica. Não posso crer que estudantes amapaenses sejam os autores da quebra de cerca de 100 lâmpadas na pista do aeroporto, que quebraram placas de sinalização de ruas e tantas outras coisas tristes e deprimentes.”

O governador, atônito, aproveitou para disseminar a desconfiança imprecisa e permanente, típica das sociedades totalitárias que alimentam o medo e a insegurança onipresente:

“Creio que deve haver gente estimulando essa prática lesiva ao bem público. Gente interessada na perturbação da ordem pública e na sabotagem. Gente que quer jogar sobre os estudantes a pecha de destruidores; gente que deseja agitar e dividi-los, para seu próprio benefício.”

Após um certo tempo de trégua, os jovens voltaram a manifestar seu descontentamento com a sociedade autoritária, extravasando suas revoltas por meio de pichações e graffiti nos muros da capital do Território. Fernando Canto sintetiza assim o teor comum nestas manifestações:

*“os graffiti que chegam a Macapá carregam um gosto simbólico de medo, da explosão lírica de uma juventude tiranizada pela propaganda e dogmatizada paulatinamente por uma educação obscura no silêncio dos anos.”*¹²³

Outro lugar de resistência mais ou menos organizada era o Colégio Amapaense. Alguns professores e diretores desta que era, na época, a principal instituição de educação formal no Amapá, fiéis seguidores da orientação autoritária do regime militar, tentavam controlar, a todo custo, as menores manifestações de autonomia dos estudantes, fosse no próprio âmbito educacional, seja em suas atividades extra-educacionais.

O jornalista Bonfim Salgado, estudante e membro do grupo que resistia à tirania dos diretores e professores autoritários, declara:

“Havia claro duas vertentes políticas preponderantes: aqueles que estavam de acordo e apoiando o governo local e os opositores do governo, concentrados na luta de alguns jornais e panfletários da época, e algumas lideranças e dezenas de estudantes e ativistas, entre os quais me incluo, basicamente concentrados na intelectualidade e ações

¹²³ CANTO; Fernando. op. cit. p. 44.

políticas emanadas do Colégio Amapaense, o melhor e mais prestigioso daquele tempo.”¹²⁴

Os estudantes expressavam sua revolta contra o autoritarismo realizando feiras culturais, círculos de leitura e discussão, cursos, seminários, saraus artísticos, sem contar os inúmeros atos de indisciplina escolar que iam da gozação, da paródia, de caricaturas anônimas à depredação de bens de professores autoritários.

Na esteira das prisões que decorreram em virtude da farsa do “engasga-engasga”, Fernando Canto foi detido pelo exército. Assim que liberado, voltou para as suas atividades escolares e quase foi expulso do colégio em razão do clima inquisitorial imposto pelos dirigentes escolares:

“O professor Mário Quirino disse-me que era agente do Serviço Nacional de Informações e mostrou-se brutal no tratamento a mim dispensado, o que gerou discussão, quase motivando minha expulsão do colégio, cogitada por ele, o que não aconteceu graças a intervenção da orientadora. Afinal eu estudaria o último ano do curso de Contabilidade.”¹²⁵

Pode-se inferir os critérios que estes professores e dirigentes escolares utilizavam para qualificar um estudante de subversivo pela seqüência do depoimento de Fernando Canto: *“O referido professor [Mário Quirino] propagava que todo cabeludo e barbudo era subversivo e eu estava incluído por usar cabelo grande”*. Ainda que este

¹²⁴ Entrevista de Bonfim Salgado concedida a Adriana Rodrigues da Silva e Lucineide Oliveira da Silva, em 20 de janeiro de 2001.

¹²⁵ Jornal Resistência – Ano II – Número 12 – maio de 1980

fosse um critério simplório, os professores autoritários não deixavam de ter razão; o próprio Fernando Canto relembra sua revolta contra o clima repressivo da época:

*“Na época eu tocava em um conjunto musical e fazia parte de uma juventude que, embora revoltada com um sistema de opressão, inclusive nas escolas, curtia a música como forma de não se alienar da realidade e procurava um motivo para não entrar na mesma situação em que vivia a maioria dos jovens amapaenses.”*¹²⁶

Com prática muito semelhante, mas formado por jovens moradores do bairro do Laguinho, – alguns, estudantes do Colégio Amapaense – organizou-se um grupo autodenominado “Clã Liberal do Laguinho”, com o propósito explícito de discutir questões artísticas, religiosas e científicas, mas que por fim acabou por incomodar o *establishment* pelo simples de fato de escapar-lhe o controle sobre a independência e criatividade com que o grupo funcionava. Liberdade esta, intolerável no contexto repressivo, cerceada violentamente com a prisão de importantes lideranças do Clã e com seu conseqüente esfacelamento.

Fernando Canto, um dos líderes do grupo, preso em razão de sua militância, recorda:

“este defunto clube tinha objetivos artísticos e culturais e lá, artistas da qualidade de Manoel Bispo, Sílvio Leopoldo, Olivar Cunha, João de Deus Filho, Odilardo Lima e Ray Cunha e outros [reuniam-se] para discutir assuntos da alta

¹²⁶ Idem. *Ibidem*.

*relevância para a arte amapaense. Com poucos meses de funcionamento ele foi deteriorado pelo sistema repressivo da época motivado pela prisão de alguns de seus líderes mais importantes em função dos acontecimentos mais esdrúxulos do obscurantismo político de 1973.”*¹²⁷

Ainda que procurassem fazer questão de ressaltar que o grupo tinha apenas e exclusivamente preocupações artísticas e estéticas, os seus integrantes, consciente ou inconscientemente, não escaparam de profundas implicações que a arte tinha com a política nos tempos do regime ditatorial. Não era a arte pela arte, como assinalou Marcelo Ridenti¹²⁸. Naqueles tempos a experiência artística era também um mergulho na busca do povo brasileiro, e por isso mesmo, uma atitude visceralmente política.

Fernando Canto, recordando os primeiros momentos do grupo, deixa escapar sua faceta política e a expressão de que de fato o “Clã Liberal do Laguinho” constituiu-se em um importante foco da resistência à ditadura no Amapá:

“Tínhamos um clube, o ‘Clã Liberal do Laguinho’, que funcionava no quintal da casa do João de Deus, onde fazíamos festas com feijoada e tentávamos dar importância à arte do Amapá, que antes se encontrava quase falida e voltada para ideais fascistas. Nosso objetivo era cultural e artístico. Tentávamos levantar a moral da arte amapaense,

¹²⁷ CANTO; Fernando. op. cit. p. 38

¹²⁸ RIDENTI; Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 52-55.

onde já se viam muitos nomes emergindo, com muito talento.”¹²⁹

Como já foi mencionado a Igreja Católica no Amapá – como de resto em todo o Brasil –, mantinha uma postura ambígua por parte da cúpula e claramente simpática por parte dos clérigos paroquiais para com as manifestações de resistência ao poder ditatorial.

As reuniões comunitárias patrocinadas pelos padres paroquiais culminavam quase sempre com alguma discussão sobre as ações repressivas do Estado e as maneiras de enfrentá-las em vista das injustiças praticadas e da integridade física e psicológica dos fiéis.

Porém, onde de fato se verificou de maneira inequívoca a resistência ao regime ditatorial no Amapá, no âmbito clerical, e até mesmo social, foi nos órgãos de imprensa da Igreja Católica, mais precisamente, na Rádio Educadora e no Jornal Voz Católica, lugares onde se abrigava a maioria dos descontentes com a ordem estabelecida.

Padres como Vitório Galianni, Caetano Maiello, Botan e Jorge Basile protegiam jornalistas, estudantes e artistas nesses órgãos, dando-lhes liberdade de expressão e proteção possível nas condições de um Estado radicalmente repressor. Élon Martins, Odilardo Lima, Bonfim Salgado, entre outros, aproveitaram o espaço para destilar suas ironias claramente endereçadas ao regime; ironias do quilate desta, tecida por Bonfim Salgado, no Jornal Voz Católica de 13 de dezembro de 1969, referindo-se jocosamente à Lei de Segurança Nacional, à tortura e à perseguição:

¹²⁹ Jornal Resistência – Ano II – Número 12 – maio de 1980

“[...] é a lei. Olho por olho, dente por dente. Afinal, o que anda acontecendo? Quem souber que responda. Eu não sei. Observo e calo. Anoto numa agenda, que tão cedo não sairá do fundo da gaveta. É perigoso mostrar a agenda. Nada de abrir o jogo. Batuque. Mãe de Santo. Se der santo e senha, falo. Não deu santo e senha, calo. Rimou.”¹³⁰

Mas os discursos de resistência ao regime, expressos na Voz Católica e na Rádio Educadora, nem sempre eram tão esotéricos, veja-se por exemplo esta opinião expressa no Jornal da Prelazia de Macapá, em 14 de novembro de 1970, à véspera do dia da Bandeira, dia importante no simbolismo do regime ditatorial militar, e em um período onde a repressão era mais intensa:

“Muitos chegam mesmo a dizer que o mundo, que o Brasil não tem mais conserto, que não adianta nada reagir. O melhor seria deixar como está para ver como é que fica. Engano meu amigo, um grande engano o teu. Temos esta experiência e tu podes fazê-la também, [pois] que os maus coisa que não possuem é coragem. Todos são uns covardes. A única coisa que os torna atrevidos é a timidez dos bons. Basta, porém, falar um pouco mais alto, basta levantar a cabeça, basta dizer umas poucas verdades e acabou-se a coragem deles. Hoje mesmo um amigo, um amigo me dizia que o Brasil é de quem grita mais [...]”¹³¹

¹³⁰ Jornal Voz Católica de 13 de dezembro de 1969.

¹³¹ Jornal Voz Católica de 14 de novembro de 1970.

O jornal Folha do Povo, que nos primeiros meses do regime ditatorial militar apresentou-se como um pertinaz inimigo do governo Terêncio Porto, sucedido este governador, calou-se e acabou por desintegrar-se no ideário ditatorial, defendendo o sistema autoritário.

A partir de 1969, sob a influência dos inúmeros festivais de música que se multiplicavam pelo país, a juventude amapaense começou a organizar os seus, seguindo ininterruptamente durante os anos de 1970, 1971 e 1972.

Mais do que canais de expressão artística, os festivais revelaram-se verdadeiros instrumentos de veiculação do descontentamento dessa juventude com o quadro social em que estavam imersos. Os festivais catalisavam a energia contestadora, transformando-se em um espaço onde se discutia estética, ciência, literatura e, permeando tudo isto, a política. Marcelo Ridenti entende que isto só foi possível porque:

*“Numa sociedade na qual os direitos de cidadania não se generalizam para o conjunto da população, em que as classes não se reconhecem enquanto tais, não identificando claramente o seu outro, encontrando dificuldades para fazer-se ouvir, ou mesmo para articular a própria voz, despontam setores ventríloquos nas classes médias, dentre os quais alguns intelectuais, inclusive os artistas, que têm canais diretos para se expressar, na televisão, no rádio, no cinema, no teatro, nos livros, nas artes plásticas, nos jornais etc.”*¹³²

¹³² RIDENTI; Marcelo. op. cit. pp. 54-55

Fernando Canto, um dos mais ativos colaboradores dos festivais, revela que, apesar de possuírem um certo atraso, os grandes problemas e eventos nacionais e internacionais, as novidades artísticas eram absorvidas e resignificadas pela juventude amapaense:

“Embora existisse um certo isolamento cultural e morosidade nas notícias, estava sempre presente, com todo o apoio, a velha Rádio Difusora de Macapá. Dessa forma, os acontecimentos e mudanças sócio-culturais e políticas do ocidente de alguma forma influenciavam a criação musical de nossos compositores e poetas. Os temas mais cantados eram a guerra, a paz, o amor, etc... Nesse período os Beatles estavam ainda revolucionando o mundo com suas músicas maravilhosas. Havia a guerra no Oriente Médio, no Vietnã, na África. O homem havia pisado pela primeira vez na Lua. Movimentos guerrilheiros da América Latina e África eram fortemente massacrados pelo capital dos países ricos. Che Guevara partira para a Bolívia, e ali tombou. No Brasil a repressão política da ditadura militar fazia desaparecer presos políticos. Surgiram os assaltos a bancos por elementos pertencentes a movimentos guerrilheiros, apareceram seqüestros de diplomatas. A retaliação do

sistema se presenciava em massacres a comunistas do MR-

8. Escondia-se do povo a guerrilha do Araguaia.”¹³³

Mas a crítica feita quase sempre de maneira metafórica, simbólica e subreptícia, vez ou outra acabava no crivo da censura. As composições deviam ser vistoriadas com meses de antecedência na polícia federal; algumas canções ficaram anos sem poder vir a público; outras até hoje são desconhecidas. Ainda assim os festivais no Amapá passaram incólumes pela período mais intenso da ditadura, perdendo sua força crítica em meados da década de oitenta.

Mesmo hoje, alguns daqueles jovens de então relutam em confirmar sua adesão consciente e explícita aos modelos políticos e ideológicos antípodas do regime ditatorial. No entanto, estes mesmos jovens eram protagonistas de uma forma de resistência bem coerente com as limitações e as características sócio-culturais da sociedade amapaense de então. É bem aquilo que Mary Del Priore identificava como contribuição de Charles Tilly para o entendimento das diferentes formas de contestação ao poder estabelecido:

“Ele argumenta que cada cultura, em cada época diferente, tem um repertório de formas de desordem pública. Manifestações de desordens como as greves ou as ocupações de usinas ou, ainda, outras formas de protesto não são apenas sintomas de descontentamento e hostilidade mas, sim, ações políticas regulares que só podem exprimir-se

¹³³ CANTO; Fernando. op. cit. p. 50.

através de formas disponíveis no cotidiano a um dado momento.” ¹³⁴

Assim, uma das raras formas de os jovens amapaenses manifestarem seu descontentamento e manterem sua autonomia e liberdade de pensar era reunir-se cotidianamente em horários pré-estabelecidos e em locais alternados para sintonizar e auscultar a Rádio Cubana e deste modo saberem notícias que de outra forma jamais saberiam. Esta era uma prática de tal modo significativa para seus participantes que José Ribeiro da Conceição, guarda territorial e militante ativo do Partido Comunista Brasileiro, fugindo da repressão que desabou sobre os descontentes com o regime ditatorial, acabou indo parar em Cuba como radialista da programação em português de uma emissora naquele país¹³⁵.

Por fim, no que tange à resistência à ditadura militar no Amapá, não se poderia esquecer do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Ainda que jamais tivesse pregado o enfrentamento armado contra o regime, foi o mais importante, e talvez o único elemento claramente organizado de resistência no Amapá. Neste sentido, no Amapá o “partidão” teve um papel relativamente diferenciado do partido no âmbito nacional, que, em razão da defesa do postulado da necessidade de uma revolução nacional-popular que incorporasse uma franja progressista da burguesia, sempre se comportou ambigualmente em relação à organização dos trabalhadores, às vezes incentivando e não raras vezes freando a contestação popular à ordem dominante no país.

¹³⁴ DEL PRIORE; Mary. *História do Cotidiano e da Vida Privada in* CARDOSO; Ciro Flamarion e VAINFAS; Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 267.

¹³⁵ SANTOS; Fernando. Op. Cit. p. 156.

De um modo geral o PCB possuía uma tradição corporativista, diluidora do *“proletariado no conjunto de um povo indiferenciado, [adepta] da intervenção sócio-econômica de um Estado-nação forte e desenvolvimentista”*¹³⁶ (grifo no original). O PCB funcionava no Amapá desde pelo menos meados da década de cinqüenta; tinha importante inserção no meio sindical, especialmente na área da construção civil e na dos estivadores. Em torno de seus dirigentes, particularmente, Francisco das Chagas Ribeiro, Jorge Fernandes Ribeiro, Osmar Nascimento, Nehemias Monteiro da Costa, José Mascarenhas, Altino Nasiaseno dos Santos, Francisco Gomes Pereira, Calixto de Moraes Acácio e Antônio Alexandre Gomes foi que transitaram os jovens estudantes ávidos de conhecimento, o artista insatisfeito, os trabalhadores desejosos de uma sociedade melhor. Era na seção do Amapá do PCB que desagüavam e ao mesmo tempo fluíam as insatisfações e as resistências contra o regime militar. O funcionamento de um partido com a utopia do PCB teve como condição indispensável o anonimato e, em uma sociedade onde isto era quase impossível, o partido tornava-se extremamente vulnerável e só foi tolerado enquanto havia cobertura legal.

Assim que as condições do autoritarismo se acirraram, o partido não conseguiu sobreviver organizado ao ano de 1964. Seus principais dirigentes e alguns simpatizantes foram presos ainda na primeira semana do golpe, e continuaram – até pelo menos 1974 – sendo presos sempre que os senhores do poder sonhavam que alguma coisa estava sendo tramada contra o regime; eram seus “bodes expiatórios” preferidos. No entanto, nunca esmaeceram o ânimo por suas utopias e seus sonhos, alguns deles, permanecendo politicamente ativos até hoje.

¹³⁶ RIDENTI; Marcelo. op. cit. pp. 357-358

Ao refletir sobre o papel que estas pessoas que resistiram, em condições extremamente adversas, à ditadura militar tiveram na história do Amapá e do Brasil, vem à mente a reflexão de Hannah Arendt sobre a vida de algumas pessoas¹³⁷ que viveram em tempos sombrios, tempos existentes em qualquer época e lugar, tempos de desumanidade e horror. Dizia a imensa pensadora judia e alemã inspirada em um verso de Bertold Brecht:

“Que mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta e bruxuleante e freqüentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra – essa convicção constitui o pano de fundo implícito contra o qual se delinearam esses perfis. Olhos habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era de uma vela ou a de um sol resplandecente. Mas tal avaliação objetiva me parece uma questão de importância secundária que pode ser seguramente legada à posteridade.”¹³⁸

Mais do que as idéias que os resistentes defendiam, a lição que legaram para as gerações futuras foi a de vidas dedicadas à luta pela liberdade, pela justiça e pela humanidade.

¹³⁷ Duas mulheres: Rosa Luxemburgo e Isak Dinesen e oito homens: Lessing, Papa João XXIII, Karl Jaspers, Hermann Broch, Walter Benjamin, Bertold Brecht, Randall Jarell e Martin Heidegger.

¹³⁸ ARENDT; Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 08.

A CENA FINAL

“Mas somos muitos milhões de homens
comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos de sonho e margaridas.”

Ferreira Gullar

O regime ditatorial militar no Amapá, no período investigado, evidentemente esteve enquadrado em parâmetros axiológicos e ideológicos da ditadura no Brasil, contudo, apresentou peculiaridades bastante significativas. A mais importante destas especificidades refere-se à reelaboração que as atitudes, as ações e as normas ditatoriais, preconizadas pelo centro definidor do poder nacional, sofriam no Amapá em razão de uma cultura e uma mentalidade preponderantemente tradicional, comunitária e mitológica, em outros termos, pré-moderna.

Assim, em vez de um delegado Fleury, da ciência a serviço da tortura, o Amapá teve o “engasgador”, a “loura do bombom envenenado”, o imaginário mitológico a serviço do terror. Em vez de células clandestinas e organizadas, onde as relações de afeto eram extremamente controladas, quando não proibidas, no Amapá os “clãs” de jovens, que como o próprio nome indica, privilegiava a irmandade e o afeto. Em vez de assaltos a bancos e seqüestro de embaixadores, a quebra de lâmpadas na pista do aeroporto e ovos podres nos carros de professores autoritários. Em vez de armas, o rádio para, sofrivelmente, ouvir as cantilenas do socialismo cubano.

No Amapá, em razão da contestação ao regime, não se conheceu nenhum assassinato, apenas dois amapaenses¹³⁹ exilaram-se, no entanto, inúmeros deles foram demitidos de seus trabalhos, aposentados compulsoriamente, censurados, perseguidos, presos e torturados.

Neste particular, a elite dominante chegou a ser caricaturalmente servil ao centro de poder do regime. Excetuando Janary Gentil Nunes – que aliás não tinha a confiança absoluta dos militares – nenhuma outra liderança política possuía respeitabilidade e, por consequência, trânsito ou influência nos intrincados meandros do poder ditatorial. Qualquer medida que a elite política amapaense desejasse fazer e necessitasse de aval do núcleo de poder da ditadura, obrigatoriamente deveria passar pela intermediação do coronel Jarbas Passarinho e do major Alacid Nunes, coordenadores do golpe e da implantação da ditadura na Amazônia e depois principais interlocutores da região perante o regime. Nenhum governador – nem o refinado Ivanhoé – possuiu ligação direta com Brasília.

A despeito de a violência ditatorial no Amapá ter no elemento simbólico um aspecto significativo, deve-se ressaltar que a prisão e a tortura – ainda que não destilassem o refinamento científico do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna/DOI-CODI – foram práticas cotidianas e institucionalizadas. Dezenas, talvez centenas de pessoas sofreram, literalmente na carne, o peso da ditadura.

Por outro lado, um ponto que merece uma investigação mais apurada e que extrapola os limites deste trabalho é a coincidência temporal entre a construção da

¹³⁹ João Alberto Rodrigues Capiberibe – marajoara de nascimento, estabeleceu-se desde bem pequeno no Amapá – e sua esposa Janete, natural do município de Amapá, importantes militantes da Aliança Libertadora Nacional – ALN, com atuação principal no Estado do Pará. Após prisão em setembro de 1970, conseguiram fugir em 26 de julho de 1971, carregando consigo a filha de 10 meses de idade. Atravessando todo o curso do Amazonas foram primeiramente para a Bolívia, depois Chile, Canadá e Moçambique.

identidade amapaense e a vigência do regime ditatorial militar. Em outros termos: ainda que se possa identificar no início do século XX iniciativas de separação do Pará, este desmembramento somente se efetivou em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá.

É a partir deste momento que há uma mobilização mais significativa pela construção de uma identidade amapaense diferenciada da paraense. Este processo intensifica-se no curso da ditadura militar, sendo, inclusive, fundado sete meses antes do golpe civil-militar, em julho de 1963 o Movimento Popular Pró Estado do Amapá, momento em que a idéia da transformação em Estado ganha corpo.¹⁴⁰

O fato de a construção desta identidade coincidir com uma cultura ditatorial tem implicações que infelizmente transcendem as balizas impostas por este estudo, de qualquer modo, permite ressaltar que o que se chama história ou mesmo memória do Amapá, como elemento privilegiado na construção desta identidade é um esforço recente e efetivamente em construção.

Finalizando este trabalho, chama-se a atenção para o fato de que este é um fim provisório, conjuntural. Não se chega ao ponto de Luís Fernando Veríssimo que, certa vez, disse que sua “musa inspiradora” eram os prazos de entrega. Na verdade muitos acontecimentos estão à espera de reflexão, outros precisam de mais solidez científica; muita documentação não foi trabalhada, muita gente ainda precisa ser ouvida, enfim, esta é uma primeira versão obrigada a concluir-se em virtude da inexorabilidade da burocracia e da necessidade pessoal do título decorrente da defesa desta dissertação. O ânimo que moveu a elaboração deste trabalho ainda está longe de ter se esgotado.

¹⁴⁰ SANTOS; Fernando. Op. Cit. p.149.

Neste sentido, não parece supérfluo tecer algumas considerações sobre as motivações que impulsionaram o autor a efetuar esta investigação específica. E neste ponto peço permissão para sair do modo impessoal que dominou esta narrativa até aqui. Desejo terminar este trabalho na primeira pessoa, no modo personalíssimo, na mais desnuda subjetividade, demonstrando como e porque cheguei a este tema de investigação.

Criança com dez anos, sem saber o que era televisão, minha principal diversão era jogar bola no chão enlameado na vazante do Rio Amazonas. Jogava-se até quando o rio permitia. Cheio o rio, a brincadeira era o “camone”¹⁴¹, o esconde-esconde entre os mururés¹⁴², os saltos acrobáticos e a cavalgada nas imensas toras trazidas pelas águas; na verdade era mais do que isso. Osmar Júnior definiu poeticamente assim nossa brincadeira de menino: *“minha nave era um tronco, navegava as estrelas entre as palafitas e as lavadeiras”*¹⁴³.

A vida corria edênica, livre, natural e criativa. Nem em pesadelos vinha a ditadura. Até que as brincadeiras foram interrompidas bruscamente por nossos pais por causa de uma nova entidade mágica. Já não eram as familiares “matintas-pereiras”, os “curupiras”, a “cobra grande Sofia”, as “mães-do-lago”. Agora era um monstruoso e desconhecido “engasgador comunista”. A rotina fora tão dramaticamente interrompida que este momento e suas sensações jamais saíram da minha memória de menino.

¹⁴¹ Brincadeira inspirada nos filmes americanos e italianos de faroeste. A denominação é provavelmente uma corruptela da expressão em inglês “come on”, comum nos diálogos entre personagens pistoleiros deste gênero cinematográfico.

¹⁴² Arbusto fluvial típico da Amazônia.

¹⁴³ Trecho da letra da música “Igarapé das mulheres” composta por Osmar Júnior, importante músico amapaense.

Em 1985, já militante partidário e do movimento estudantil em Belém do Pará, no bojo das discussões sobre o fim do regime ditatorial militar, comecei a ter informações imprecisas do que ocorrera naquele fatídico ano de 1973. Tomando uma ojeriza crescente contra toda forma de poder antidemocrático e castrador, ainda estudante de história decidi que um dia investigaria aquele acontecimento.

Assim, o que realmente me anima neste trabalho é a repugnância a este tipo de poder que há quase trinta anos interrompeu a minha descompromissada e paradisíaca brincadeira de criança.

Neste sentido, invoco aqui, neste discurso de encerramento, as palavras de José Arthur Giannotti, que abriram esta dissertação. Esta investigação, que pretende ser histórica, foi antes um esforço de memória. Um esforço de construção de um passado, de um momento capital na história do Amapá. Um momento em que começaram a ser forjadas as pessoas e as idéias que hoje circulam e influenciam a vida por aquelas bandas.

Espero, sem falsa modéstia, que este trabalho seja uma pequena contribuição para que não se esqueçam de alguns de nossos excluídos da história, de nossos humanos heróis, de nossos sonhadores que, em um quadro extremamente adverso, que em tempos sombrios não se acovardaram em lutar por suas utopias, por suas esperanças em um mundo humanamente, saciadoramente, fraternalmente, afetuosamente melhor.

Mas também pretende ser um trabalho para que não se esqueçam nunca da desumanidade, da míngua, do egoísmo, do desamor que é qualquer ditadura. Aproveito aqui o brado de Dom Paulo Evaristo Arns quando do lançamento do livro *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*: que este seja um trabalho dos quase quarenta anos que já se passaram, “*mas também um [trabalho] que faça a verdade falar, gritar e surgir como o sol em nossa terra. Um [trabalho] que traga muita luz e*

esclarecimento nos anos que virão. Um [trabalho], vários brados, uma certeza verdadeira. Nunca mais a escuridão e as trevas. Nunca mais ao medo e à ditadura. Nunca mais à exclusão e à tortura. Nunca mais à morte. Um sim à vida!”

Em um Estado onde a produção historiográfica é incipiente, trata-se de construir este passado “antes que outros aventureiros façam crer que inventaram a luta, a oposição, a resistência e a esperança no futuro”.

FONTES

ENTREVISTAS

CONCEDIDAS AO AUTOR

Onotônio Pereira Silva – João Pessoa – 08 de novembro de 1998

Odilardo Lima – Macapá – 15 de agosto de 2000

Adamor de Souza Oliveira – Macapá – 16 de agosto de 2000

Olivar Cunha – Macapá – 07 de outubro de 2000

Raimundo Simões Nobre – Macapá – 03 de junho de 2001

José das Graças Torres – Macapá - 09 de julho de 2001

CONCEDIDAS A JOCINILDO BATISTA MOURA E HERMANO BENEDITO

PINTO DE ARAÚJO

Uadih Charone – Belém – 08 de julho de 1995

Ítalo Marques Picanço – Macapá – 30 de julho de 1995

Herondino do Espírito Santo – Macapá – 12 de agosto de 1995

Antônio Fernando Barata Monteiro – 19 de agosto de 1995

Manoel da Silva Lobo – Macapá – 26 de agosto de 1995

José Aragarino de Mont'Alverne – Macapá – 02 de setembro de 1995

Amaury Farias – Macapá – 16 de setembro de 1995

Elfredo Távora Gonçalves – Macapá – 23 de setembro de 1995

José Figueiredo de Souza – Macapá – 30 de setembro de 1995

CONCEDIDA A ADRIANA R. DA SILVA E LUCINEIDE OLIVEIRA DA SILVA

Bomfim Salgado – Macapá – 20 de janeiro de 2001

Benedito Costa e Silva – Macapá – 16 de fevereiro de 2001.

JORNAIS

Jornal Amapá

- Jornal Amapá nº 1206 de 03/03/1963 – Aniversariou ontem, o presidente João Goulart. pp. 01-02
- Jornal Amapá nº 1227 de 10/07/1963 – Deixou Macapá a ilustre caravana da Escola Superior de Guerra. p. 01.
- Jornal Amapá nº 1227 de 10/07/1963 – Faleceu a genitora do presidente João Goulart. p. 02.
- Jornal Amapá nº 1234 de 28/08/1963 – Confirmada a vinda a Macapá do presidente João Goulart. p. 01.
- Jornal Amapá nº 1234 de 28/08/1963 – Noticiário Nacional. p. 01.
- Jornal Amapá nº 1234 de 28/08/1963 – Oficiais da Inspetoria da Marinha de Guerra estiveram em Macapá. p. 02.
- Jornal Amapá nº 1235 de 04/09/1963 – Noticiário Nacional. p. 01
- Jornal Amapá nº 1235 de 04/09/1963 – Convidada D. Maria Tereza Goulart a visitar o Território. p. 03
- Jornal Amapá nº 1236 de 13/09/1963 – Segurança urbana é ponto pacífico. p. 03
- Jornal Amapá nº 1237 de 18/09/1963 – Presidente João Goulart: “Nossos votos de crescente prosperidade e bem estar a boa gente amapaense”. p. 01
- Jornal Amapá nº 1267 de 08/04/1964 – Nota oficial do governo do Território Federal do Amapá. p. 01
- Jornal Amapá nº 1267 de 08/04/1964 – Governador Terêncio Porto conferenciou com o Comando Militar da Amazônia. p. 01

- Jornal Amapá nº 1269 de 22/04/1964 – Governo e povo do Amapá unidos sob a mesma bandeira de fé e civismo vibraram com a posse do novo presidente do Brasil. p. 01
- Jornal Amapá nº 1269 de 22/04/1964 – Discurso do presidente Castelo Brando: A Nação. p. 01-02
- Jornal Amapá nº 1272 de 13/05/1964 – Dominado o movimento de rebelião comandado pelo ex-chefe de polícia. p. 01-02
- Jornal Amapá nº 1273 de 20/04/1964 – Investido no cargo de governador do Território do Amapá o general Luiz Mendes da Silva. p. 01
- Jornal Amapá nº 1345 de 06/11/1965 – Presidente completa AI nº 02. p. 01
- Jornal Amapá nº 1558 de 24/01/1970 – Mensagem ao povo. p. 01
- Jornal Amapá nº 1559 de 31/01/1970 – Operário deve participar. p. 02
- Jornal Amapá nº 1563 de 28/02/1970 – A verdade revolucionária que precisa ser compreendida. p. 02-03

Jornal Novo Amapá

- Jornal Novo Amapá nº 1566 de 31/03/1970 – Cuidado em não cairdes. p. 01
- Jornal Novo Amapá nº 1568 de 20/04/1970 – Homenagem ao 3º ano de governo Gen. Ivanhoé Martins. pp. 01-16
- Jornal Novo Amapá nº 1575 de 20/06/1970 – A subversão escondida. p. 01
- Jornal Novo Amapá nº 1581 de 01/08/1970 – A mistificação ... contra a pátria. p. 02
- Jornal Novo Amapá nº 1585 de 07/09/1970 – Saudação a pátria. p. 02
- Jornal Novo Amapá nº 1591 de 17/10/1970 – Aspectos filosóficos de um governo. p. 02
- Jornal Novo Amapá nº 1593 de 31/10/1970 – Bom senso, antes de tudo. p. 01
- Jornal Novo Amapá nº 1611 de 30/04/1971 – Aos trabalhadores deste Território. p. 01

- **Jornal Novo Amapá nº 1615 de 15/05/1971 – A história tem marcado, de há muito as terríveis e dolorosas conseqüências das ambições despóticas. p. 02-03**
- **Jornal Novo Amapá nº 1643 de 25/03/1972 – Apoiada pelo povo as Forças Armadas salvam o Brasil do caos. p. 01**
- **Jornal Novo Amapá nº 1657 de 04/11/1972 – Amapá tem novo governador. p. 01 – A mocidade no Amapá. p. 02. Encerram-se as inscrições do IV Festival. p. 02**

Jornal Resistência

- **Jornal Resistência nº 12 – Ano II –Tortura em Macapá: uma época de obscurantismo. p. 07-09.**

Jornal Folha do Povo

- **Jornal Folha do Povo nº 215. A “rebelião” de Uadih Charone. p. 01-04**

Jornal Voz Católica

- **Jornal Voz Católica de 13 de dezembro de 1969 – Lei de Talião. p. 02**
- **Jornal Voz Católica de 14 de novembro de 1970 – Medo. p. 02.**

Jornal Novo Fronteira

- **Jornal Novo Fronteira nº 214, Ano IX de 15/05/1992 - Cidade relembra 20 anos do Araguaia. p. 04**

ESTATÍSTICAS

- **Anuário Estatístico do Território Federal do Amapá – Ano XII / 1963 / Serviço de Geografia e Estatística / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**
- **Anuário Estatístico do Território Federal do Amapá – Ano XII / 1974 / Serviço de Geografia e Estatística / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**
- **Anuário Estatístico do Território Federal do Amapá – Ano XII / 1975 / Serviço de Geografia e Estatística / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

ARQUIVOS DO PROJETO BRASIL NUNCA MAIS

Arquivo nº 99

Arquivo nº 107

Arquivo nº 108

Arquivo nº 113

Arquivo nº 153

Arquivo nº 161

Arquivo nº 237

Arquivo nº 471

Arquivo nº 1275

Arquivo nº 1276

Arquivo nº 1277

Arquivo nº 2175

Arquivo nº 7648

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA SOBRE O AMAPÁ

BARBOSA; Coaraci. *Personagens ilustres do Amapá*. Macapá: Imprensa Oficial, 1998. Vol. I e II.

CANTO; Fernando. *Telas e quintais*. Macapá: Conselho de Cultura do Amapá, 1987.

CARVALHO; João Renôr Ferreira de. *Momentos de história da Amazônia*. Imperatriz/MA: Ética, 1998.

COSTA; Pedro e SARNEY; José. *Amapá: terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

CUNHA; Álvaro. *Quem explora quem no contrato do manganês do Amapá*. Macapá: Rumo, 1962.

GONÇALVES; Alfredo. *Verdadeiro eldorado*. Belém: s/e, 1936.

LOUREIRO; João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.

MEIRA; Sílvio. *Fronteira sangrenta: heróis do Amapá*. Rio de Janeiro: Luna, 1975.

MOULIN; Nilson (org.). *Amapá: um norte para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2000.

PENNAFORT; Hélio. *Amapaisagem*. Macapá: Imprensa Oficial, 1992.

PICANÇO; Estácio Vidal. *Informações sobre a história do Amapá*. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PINTO; Lúcio Flávio. *Jari*. São Paulo: Marco Zero, 1986.

RAYOL; Osvaldino. *A Utopia da terra na fronteira da Amazônia*. Macapá: Editora Gráfica "O Dia" Ltda, 1992.

REIS; Artur César Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

REIS; Artur César Ferreira. *A Amazônia e cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Edinova, 1965.

SANTOS; Fernando Rodrigues. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo (1943-1970)* – Macapá: Editora Gráfica "O Dia" S/A, 1998.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABENSOUR; Miguel. O heroísmo e o enigma revolucionário. in NOVAES; Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura / Companhia das Letras, 1992. pp. 205-237
- ARASSE; Daniel. *A guilhotina e o imaginário do terror*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARENDT; Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARENDT; Hannah. *As origens do totalitarismo, o paroxismo no poder: uma análise dialética*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.
- ARENDT; Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT; Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ARNS; Paulo Evaristo (Org.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AVELINO; Yvone Dias. Experiências e trajetórias de vida. As tramas da memória universitária a partir de depoimentos orais. in *Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em história e do departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. nº 22 – Junho de 2001.
- BAUDRILLARD; Jean. *A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos*. Campinas-SP: Papirus, 1990.
- BERMAN; Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BETTO; Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro/ Civilização Brasileira, 1985.
- BOBBIO; Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Político, v. 09)
- BRÜIT; Hector Hernan. América Latina: quinhentos anos entre a resistência e a revolução. in *Revista Brasileira de História nº 20* – São Paulo: Marco Zero: FAPESP: CNPq: ANPUH, 1990.
- CARDOSO; Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- CARVALHO; Nanci Valadares (Org.). *Trilogia do terror: a implantação de 64*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.
- CASTORIADIS; Cornélius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO; Celso *et alii*. *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*. São Paulo: Relume Dumará, 1994.
- CHAUÍ; Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAUÍ; Marilena. Sobre o medo. *in Os sentidos da paixão*. São Paulo: Schwarcz, 1988.
- CHAUÍ; Marilena. Direitos Humanos e Medo. *in Direitos humanos e ...* São Paulo: Comissão de Justiça e Paz/Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ; Marilena. *A Nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- COUTO; Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DANIEL; Herbert. *Passagem para o próximo Sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- EAGLETON; Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo: UNESP, 1997.
- ELIAS; Norbert e SCOTSSON; Jonh L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- EMILIANO; José. *Carlos Marighela*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.
- FOUCAULT; Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1977.
- FOUCAULT; Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANÇA; Fernando César Teixeira. *Criação e dialética: o pensamento histórico-político de Cornélius Castoriadis*. São Paulo: EDUSP: Brasiliense, 1996. (Coleção Oficina de Filosofia v. 1)
- GABEIRA; Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GAY; Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GORENDER; Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Global, 1980.

- HELLER; Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- LA BOÉTIE; Etienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- LAPA; José Roberto do Amaral. *História e historiografia: Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LE GOFF; Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.
- LEFORT; Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEFORT; Claude.. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARTINS FILHO; João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas-SP: Mercado das Letras / FAPESP / EUSC, 1998.
- MATTA; Roberto da. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MATTA; Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983
- MATTA; Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENDONÇA; Sônia Regina. Da contingência histórica à regularidade sociológica: algumas considerações in IOKOI; Zilda M. Gricoli / NODAKI; Eunice e PEDRO; Joana Maria (Orgs). *História: fronteiras*. São Paulo: Associação Nacional de História/Humanitas/FFLCH-USP, 1999. Vol II.
- MORAES; Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- NAFFAH NETO; Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- NEVES; Luiz Felipe Baêta. *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.
- PASUKANIS; Evgeny B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- PIETROCOLLA; Luci Gati. *Anos 60/70: O Viver entre Parênteses. A Perseguição Política aos Revolucionários e sua Famílias*. Tese de Doutorado defendida em 1995, no Departamento de Sociologia da FFLCH da USP.

- PIETROCOLLA; Luci Gati. A Violência e o medo na Construção da Experiência do Exílio e da Clandestinidade. in *Revista Brasileira de História*, Vol. 16, nº 31 e 32. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1996. pp. 303/327.
- PINHEIRO; Paulo Sérgio. Estado e terror. in NOVAES; Adauto (org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- PINHEIRO; Paulo Sérgio. *Escritos indignados*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PORTELA; Fernando. *A guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- POULANTZAS; Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- POULANTZAS; Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- PRIORE; Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. in CARDOSO; Ciro F. S. e VAINFAS; Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 259-274.
- REICH; Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- REIS FILHO; Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil* – São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REZENDE; José Roberto. *Ousar lutar: memórias da guerrilha que vivi*. São Paulo: Viramundo, 2000.
- RIDENTI; Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução do CPC a era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIDENTI; Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROLIM; Marcos. *Teses para uma esquerda humanista e outros textos*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- SAES; Décio. *A Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAES; Décio. O processo político brasileiro da ‘abertura’ a ‘Nova República’: uma ‘transição para a democracia’ (burguesa?). in *Revista Teoria e Política* nº 09 – São Paulo: Brasil Debates, 1988.
- SANTOS; Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Campus, 1987.

- SILVA; Antônio Ozai da.** *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas.* São Paulo: Proposta Editorial, s/d.
- SIRKIS; Alfredo.** *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida.* São Paulo: Global, 1980.
- SKIDMORE; Thomas E.** *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TANGERINO; Márcio.** *Política na igreja do Brasil.* Campinas-SP: Alínea, 1997.
- TANGERINO; Márcio.** *Os impasses da prática política da igreja popular.* Campinas-SP: Alínea, 1998.
- TAPAJÓS; Renato.** *Em câmara lenta.* São Paulo: Hucitec, 1982.
- TODOROV; Tzvetan.** *A conquista da América.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- THOMPSON; Paul.** *A Voz do Passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VENTURA; Zuenir.** *1968: o ano que não terminou.* São Paulo: Círculo do Livro, 1988.